



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO
CURSO DE TECNOLOGIA EM AGROECOLOGIA

ELIONAI FERREIRA VILHENA

**DIAGNÓSTICO DE EMPREENDIMENTOS DA BIOECONOMIA DA
SOCIOBIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA PARÁ**

ABAETETUBA - PA
2026

ELIONAI FERREIRA VILHENA

**DIAGNÓSTICO DE EMPREENDIMENTOS DA BIOECONOMIA DA
SOCIOBIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Tecnólogo em Agroecologia, pela Universidade Federal do Pará - Campus de Abaetetuba.

Orientadora: Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro

ABAETETUBA - PA
2026

V711d Vilhena, Elionai Ferreira.
Diagnóstico de Empreendimentos da Bioeconomia da
Sociobiodiversidade no Município de Abaetetuba, Pará / Elionai
Ferreira Vilhena. — 2026.
LXXIII, 73 f. : il. color.

Orientador(a): Profª. Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro
Trabalho de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Pará,
Campus Universitário de Abaetetuba, Tecnologia em
Agroecologia, Abaetetuba, 2026.

1. Amazônia. 2. Bioeconomia. 3. Sociobiodiversidade. I.
Título.

CDD 630.275

ELIONAI FERREIRA VILHENA

**DIAGNÓSTICO DE EMPREENDIMENTOS DA BIOECONOMIA DA
SOCIOBIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA, PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como
requisito obrigatório para a obtenção de grau de
Tecnólogo em Agroecologia, pela Universidade Federal
do Pará - Campus de Abaetetuba.

Orientadora: Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro

Data de aprovação: 16.07.2026

Conceito: Exelente

Banca Examinadora

Orientador

Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro - UFPA - Campus de Abaetetuba

Examinadora Interna

Dra. Joseline Simone Barreto Trindade - UFPA - Campus de Abaetetuba

Examinadora Externa

Dra. Andrea Simone Rente Leão - UFOPA - Campus de Santarém

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha profunda gratidão, primeiramente, a Deus, pois até aqui Ele tem sustentado minha caminhada. Durante toda a minha trajetória acadêmica, foi n'Ele que encontrei forças para seguir em frente nos momentos mais difíceis. Quando pensei em desistir, foi a fé que me permitiu perseverar e continuar acreditando nos meus sonhos.

Minha gratidão também se volta a uma pessoa muito especial, que já não está mais entre nós, mas cuja presença permanece viva em meu coração: minha querida mãe, Mariana da Silva Ferreira. Sempre foi um sonho dela ver um de seus filhos ingressar em uma universidade e concluir uma graduação. Embora não esteja fisicamente presente para testemunhar este momento, carrego comigo a certeza de que, onde quer que esteja, compartilha desta conquista e se alegra comigo. Sua memória, amor e ensinamentos continuam sendo fonte de inspiração em minha vida.

Ao meu pai, Enos Magno Vilhena, expresso minha mais sincera gratidão pelo exemplo, pelos ensinamentos e pelo incentivo constante. Em muitos momentos em que pensei em desistir, encontrava em seu olhar a motivação necessária para continuar. Seu esforço, sua dedicação e seu apoio, inclusive financeiro, foram fundamentais para que eu pudesse permanecer na universidade e alcançar esta conquista.

Agradeço ao meu irmão Eliêno, à minha cunhada Lidía e ao meu sobrinho Liam, que sempre estiveram presentes ao longo dessa trajetória, oferecendo apoio, incentivo e carinho, contribuindo para que eu permanecesse firme em busca dos meus objetivos.

À minha tia Lenilce e a toda a sua família, registro meu profundo agradecimento pelo acolhimento, cuidado e apoio durante todos esses anos. Sua generosidade, seus conselhos e sua presença constante fizeram dela uma segunda mãe em minha caminhada acadêmica.

Aos meus colegas de graduação, agradeço pela amizade, pela convivência e pelo apoio nos momentos de dificuldades. Em especial, agradeço a Adrian, Kelly, Nataly, Gisely, João Pedro e Vanessa Thais, que sempre estiveram dispostos a ajudar e compartilhar conhecimentos ao longo dessa jornada.

Agradeço aos professores do curso, que contribuíram para minha formação acadêmica e humana. Em nome dos professores Roberta Rowsy e Ricardo Maia, estendo minha gratidão a todos os docentes que, com dedicação, compromisso e paciência, compartilharam seus conhecimentos e contribuíram para minha formação.

Expresso também meu agradecimento à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), pelo apoio concedido por meio da bolsa de iniciação científica, fundamental para

a realização desta pesquisa. Agradeço igualmente ao projeto Bolsa PIBIC produtor coordenado pelo professor Antônio Herrera, financiado com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), cujo apoio possibilitou a execução das atividades de campo e o desenvolvimento deste trabalho.

Por fim, olho para minha trajetória e me emociono ao perceber o caminho percorrido, Elionai Ferreira Vilhena, filho de pescadores e agricultores agroextrativistas, oriundo da comunidade ribeirinha Costa Piquiarana, no município de Abaetetuba, Pará, chega ao final desta graduação carregando consigo não apenas uma conquista pessoal, mas também o orgulho de sua família e a esperança de representar tantos jovens das comunidades ribeirinhas que sonham em ingressar em uma universidade. Que esta conquista seja testemunho de que a educação é capaz de transformar vidas e abrir caminhos para novas gerações.

Salmos 128:2 “Tu és o meu Deus; graças te darei! Ó meu Deus, eu te exaltarei”.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi realizar o diagnóstico dos empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Abaetetuba, Pará, com foco na identificação e caracterização das iniciativas coletivas e familiares e/ou individuais que produzem, coletam, extraem, manejam, beneficiam e comercializam produtos e/ou serviços associados à sociobiodiversidade. A pesquisa foi desenvolvida com abordagem qualitativa, utilizando revisão bibliográfica, pesquisa de campo e entrevistas semiestruturadas aplicadas aos representantes dos empreendimentos identificados. O estudo permitiu identificar 13 empreendimentos vinculados à bioeconomia da sociobiodiversidade, sendo sete associações (53,8% da amostra), três empreendimentos familiares ou individuais (23,1%), dois institutos (15,4%) e uma cooperativa (7,7%). Os empreendedores e empreendedoras apresentam faixa etária predominante entre 35 e 60 anos, evidenciando maturidade e experiência acumuladas, com expressiva participação feminina, uma vez que 61,5% dos empreendimentos são liderados ou coordenados por mulheres. Os empreendimentos atuam na produção e comercialização de artesanatos de miriti, bijoias, bebidas, polpas de frutas, geleias, manteigas vegetais, farinhas e na oferta de serviços ligados ao ecoturismo, evidenciando a valorização da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e da cultura local. Os resultados evidenciaram potencialidades relacionadas à organização coletiva, à geração de trabalho e renda, à valorização dos recursos naturais e ao fortalecimento das identidades culturais locais. Entretanto, foram identificadas limitações que dificultam a expansão dessas iniciativas, destacando-se a insuficiência de assistência técnica continuada, a carência de infraestrutura adequada para beneficiamento e armazenamento, as dificuldades logísticas para o escoamento da produção, o limitado acesso às linhas de crédito e os desafios relacionados à regularização ambiental e sanitária. Em relação aos empreendimentos que realizam o processamento e a comercialização de produtos alimentícios e bebidas, verificou-se a inexistência de registros e certificações sanitárias exigidas para determinados mercados consumidores, fator que restringe a ampliação da comercialização e a agregação de valor aos produtos. Conclui-se que a bioeconomia da sociobiodiversidade em Abaetetuba apresenta significativo potencial para promover o desenvolvimento sustentável, gerar trabalho e renda e contribuir para a conservação da biodiversidade e para a valorização dos conhecimentos e modos de vida das populações locais, sendo fundamentais políticas públicas e programas de apoio voltados ao fortalecimento dessas iniciativas.

Palavras-chave: Amazônia; Bioeconomia; Sociobiodiversidade.

ABSTRACT

The objective of this work was to carry out the diagnosis of bioeconomy enterprises linked to sociobiodiversity in the municipality of Abaetetuba, Pará, focusing on the identification and characterization of collective and family and/or individual initiatives that produce, collect, extract, manage, process, and market products and/or services associated with sociobiodiversity. The research was developed using a qualitative approach, through bibliographic review, field research, and semi-structured interviews applied to representatives of the identified enterprises. The study identified 13 enterprises connected to the sociobiodiversity bioeconomy, including seven associations (53.8% of the sample), three family or individual enterprises (23.1%), two institutes (15.4%), and one cooperative (7.7%). Entrepreneurs are predominantly between 35 and 60 years old, evidencing maturity and accumulated experience, with significant female participation, as 61.5% of the enterprises are led or coordinated by women. The enterprises operate in the production and commercialization of miriti handicrafts, bio-jewelry, beverages, fruit pulps, jams, vegetable butters, flours, and in offering ecotourism services, highlighting the appreciation of biodiversity, traditional knowledge, and local culture. The results revealed potentialities related to collective organization, job and income generation, appreciation of natural resources, and strengthening of local cultural identities. However, limitations were identified that hinder the expansion of these initiatives, such as insufficient continuous technical assistance, lack of adequate infrastructure for processing and storage, logistical difficulties in distributing production, limited access to credit lines, and challenges related to environmental and sanitary regularization. Regarding enterprises engaged in processing and marketing food products and beverages, the absence of sanitary records and certifications required for certain consumer markets was observed, restricting the expansion of commercialization and value addition to products. It is concluded that the sociobiodiversity bioeconomy in Abaetetuba has significant potential to promote sustainable development, generate jobs and income, and contribute to biodiversity conservation and the appreciation of local populations' knowledge and ways of life. Public policies and support programs aimed at strengthening these initiatives are therefore fundamental.

Keywords: Amazon; Bioeconomy; Sociobiodiversity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 BIOECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO	13
3 METODOLOGIA.....	19
3.1 Área de Estudo	19
3.2 Procedimentos Metodológicos	22
4 RESULTADOS e discussão	28
4.1 Perfil socioeconômico dos empreendedores e empreendedoras entrevistados.....	28
4.2 Associações	32
4.3 Cooperativa	38
4.4 Institutos	42
4.4.1 Instituto Multicultural Miritis da Amazônia (IMMA)	43
4.4.2 Instituto Mestre José Raimundo (Instituto Liceu).....	45
4.5 Empreendimentos Familiares e Individuais.....	46
4.5.1 Inajá - Biodiversidade e Sustentabilidade da Amazônia (Inajá BioSus).....	48
4.5.2 100% Amazônia	49
4.5.3 Ecosítio Paramajó.....	51
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS	56
APÊNDICES	1
APÊNDICE A - FORMULÁRIO ESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS.....	1
APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	9
APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E AUDIO ..	11

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa do município de Abaetetuba	20
Figura 2 – Sede da Associação de Mulheres Quilombolas Raízes do Bacuri	34
Figura 3 – Produtos da Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba (AMQG).	34
Figura 4 – Produto da Associação dos Artesãos Produtores de Artesanato de Miriti (AAPAM).	34
Figura 5 – Fabricação de artesanato de miriti da Associação Arte Miriti de Abaetetuba (Miritong).	34
Figura 6 – Mulheres trabalhando na Associação dos Agroextrativista Pescadores e Artesões do Pirocaba (ASAPAP)	34
Figura 7 – Comercialização de produtos da Associação Multissetorial dos Empreendedores de Beja (AMSETEB).	34
Figura 8 – Entrevista com as representantes da Associação de Mulheres Quilombolas Unidas do Rio Arapapuzinho.	34
Figura 9 – Pesquisa de campo na AAPAM	34
Figura 10 – Produtos da Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba (COFRUTA).	40
Figura 11 – Produtos do Instituto Multicultural Miritis da Amazônia (IMMA).	44
Figura 12 – Produtos do Instituto Mestre José Raimundo (Liceu).	45
Figura 13 – Farinhas da Inajá - Biodiversidade e Sustentabilidade da Amazônia.	48
Figura 14 – Produtos da empresa 100% Amazônia.....	50
Figura 15 – Registro da pesquisa de campo na entrada da Trilha das Gigantes do Ecosítio Paramajó.....	51

1 INTRODUÇÃO

Como alternativa aos impactos decorrentes das mudanças climáticas, do desmatamento, das queimadas e do uso insustentável dos recursos naturais, diferentes políticas públicas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável passaram a incentivar modelos produtivos capazes de conciliar conservação ambiental, inclusão social e geração de renda. Nesse contexto, destaca-se a bioeconomia da sociobiodiversidade, cuja proposta está fundamentada na valorização da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das práticas produtivas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares (Brasil, 2009; WRI Brasil, 2025). Esse modelo busca promover formas de uso dos recursos naturais compatíveis com a capacidade de regeneração dos ecossistemas, ao mesmo tempo em que favorece a manutenção das identidades culturais e o fortalecimento das economias locais.

Segundo WRI Brasil (2025), a bioeconomia da sociobiodiversidade corresponde a um conjunto de atividades econômicas que articula conhecimentos científicos e saberes locais, respeitando os limites ecológicos dos biomas e promovendo alternativas de desenvolvimento mais sustentáveis. Nessa perspectiva, assume especial relevância o aproveitamento dos chamados produtos da sociobiodiversidade, os quais desempenham papel estratégico na geração de trabalho e renda para milhares de famílias em diferentes regiões do país.

Reconhecendo a importância desses produtos para a promoção do desenvolvimento sustentável e para a valorização dos modos de vida tradicionais, o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade define que os produtos da sociobiodiversidade são: bens e serviços (produtos finais, matérias primas, manejo, coleta, extração ou benefícios) gerados a partir de recursos da biodiversidade, voltados à formação de cadeias produtivas de interesse dos povos e comunidades tradicionais e de agricultores familiares, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, não deixando de passar de geração em geração esses saberes para não perder o conhecimento que atravessa gerações por todas essas comunidades onde a grandes recursos para a geração de renda através desses conhecimentos, e assegurem os direitos decorrentes, promovendo a melhoria de sua qualidade de vida e do ambiente em que vivem para futuras gerações, (Brasil, 2009).

A definição apresentada evidencia que os produtos da sociobiodiversidade extrapolam a dimensão meramente econômica, uma vez que estão associados à conservação da biodiversidade, à valorização dos conhecimentos tradicionais e à promoção da melhoria da qualidade de vida dos povos e comunidades tradicionais e dos agricultores(as) familiares. Dessa forma, a bioeconomia da sociobiodiversidade constitui uma estratégia de desenvolvimento que

busca conciliar geração de renda, inclusão social e conservação ambiental, tendo como base o uso sustentável dos recursos naturais e o reconhecimento dos modos de vida historicamente construídos pelas populações que habitam os diferentes territórios brasileiros.

No contexto amazônico, a bioeconomia da sociobiodiversidade assume especial relevância em razão da elevada diversidade biológica existente na região e da expressiva presença de povos e comunidades tradicionais que, ao longo das gerações, desenvolveram formas próprias de uso, manejo e conservação dos recursos naturais. Os conhecimentos acumulados por essas populações constituem importante patrimônio cultural e ecológico, sendo fundamentais para a manutenção da diversidade biológica e para a construção de alternativas de desenvolvimento compatíveis com as especificidades ambientais e socioculturais da região. Como destaca Diegues (2000), a valorização dos saberes tradicionais representa um elemento essencial para a formulação de estratégias de desenvolvimento comprometidas com a conservação dos ecossistemas e com o respeito à diversidade cultural.

Entretanto, os territórios amazônicos vêm sendo submetidos a intensas transformações decorrentes do avanço de atividades econômicas que frequentemente promovem a simplificação dos ecossistemas, a redução da diversidade biológica e o enfraquecimento dos modos de vida tradicionais. Associadas ao desmatamento, às mudanças no uso da terra e às pressões exercidas sobre os recursos naturais, essas transformações representam importantes desafios para a construção de modelos de desenvolvimento capazes de conciliar crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental. Nesse sentido, torna-se necessário ampliar o conhecimento sobre experiências produtivas que utilizam a biodiversidade de forma sustentável e que contribuam para o fortalecimento das economias locais e para a valorização dos territórios amazônicos.

Nesse cenário, o Território Baixo Tocantins, especialmente o município de Abaetetuba, apresenta características que evidenciam seu potencial para o fortalecimento da bioeconomia da sociobiodiversidade. O município abriga comunidades ribeirinhas, quilombolas e agricultores(as) familiares que mantêm estreita relação com os ambientes de várzea e terra firme, desenvolvendo atividades produtivas fundamentadas no extrativismo, na agricultura familiar e no aproveitamento de recursos da biodiversidade (IBGE, 2022). Essas práticas, transmitidas entre gerações, constituem importantes expressões dos conhecimentos tradicionais e contribuem para a manutenção das identidades culturais e para a conservação dos ecossistemas locais (Diegues, 2000).

Apesar do crescente destaque que a bioeconomia da sociobiodiversidade vem adquirindo nas discussões acadêmicas e nas políticas públicas, ainda são limitadas as

informações sistematizadas acerca dos empreendimentos que atuam nesse segmento em escala local, especialmente em municípios amazônicos. No caso de Abaetetuba, embora sejam reconhecidas a riqueza biológica do território e a diversidade de produtos associados à sociobiodiversidade, ainda existem lacunas relacionadas à identificação e caracterização dos empreendimentos existentes, aos produtos e serviços por eles desenvolvidos, às formas de organização adotadas e aos principais desafios e potencialidades presentes em suas trajetórias.

Nesse contexto, a realização desta pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar a compreensão acerca das experiências de bioeconomia da sociobiodiversidade existentes no município de Abaetetuba, contribuindo para a produção de conhecimentos científicos sobre a temática e fornecendo subsídios que possam colaborar com a formulação e o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas ao fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade. Além disso, a pesquisa apresenta relevância social e ambiental ao evidenciar iniciativas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares, reconhecendo sua contribuição para a conservação da biodiversidade, para a valorização dos conhecimentos tradicionais e para a promoção do desenvolvimento sustentável.

A pesquisa foi orientada pela seguinte questão norteadora: como se caracterizam os empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade existentes no município de Abaetetuba, com quais produtos e/ou serviços trabalham e quais são seus principais desafios e potencialidades?

Com base nessa problemática, estabeleceu-se como objetivo geral realizar o diagnóstico de empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Abaetetuba, Pará, com foco na identificação e caracterização das iniciativas individuais, familiares e coletivas que produzem, coletam, extraem, manejam, beneficiam e comercializam produtos e/ou serviços associados à sociobiodiversidade.

Como objetivos específicos, buscou-se: a) caracterizar empreendimentos coletivos e familiares e individuais da bioeconomia da sociobiodiversidade regional, as atividades neles desenvolvidas e o perfil socioeconômico de seus/suas empreendedores(as); b) identificar os produtos e/ou serviços trabalhados nos empreendimentos, as formas de comercialização e escoamento da produção, bem como os mercados de destino; e c) descrever a situação de formalização dos empreendimentos e analisando seus principais pontos fortes e limitações.

Além desta introdução, o trabalho está estruturado em capítulos que contemplam a fundamentação teórica, os procedimentos metodológicos, os resultados e discussões, as considerações finais, as referências e os apêndices.

2 BIOECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE E DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO

Nas últimas décadas, o conceito de bioeconomia ganhou destaque em diferentes países e organismos internacionais como alternativa para enfrentar os desafios relacionados às mudanças climáticas, à perda da biodiversidade e à necessidade de construção de modelos econômicos mais sustentáveis. Inicialmente associado aos avanços da biotecnologia e à substituição de recursos fósseis por recursos renováveis, o conceito passou a incorporar diferentes perspectivas e estratégias de desenvolvimento, refletindo a diversidade de contextos socioeconômicos e ambientais em que é empregado (Bugge; Hansen; Klitkou, 2016).

Segundo Bugge, Hansen e Klitkou (2016), a bioeconomia pode ser compreendida a partir de três principais visões. A primeira corresponde à bioeconomia biotecnológica, voltada para a inovação científica e tecnológica aplicada à produção de novos materiais, produtos e processos. A segunda refere-se à bioeconomia de biorrecursos, que enfatiza o aproveitamento econômico dos recursos biológicos e a substituição de matérias-primas fósseis por fontes renováveis. Por fim, a bioeconomia bioecológica fundamenta-se nos princípios da sustentabilidade, da conservação da biodiversidade e do uso equilibrado dos recursos naturais, valorizando as interações entre os sistemas ecológicos e as sociedades humanas.

No contexto amazônico, esta última perspectiva tem adquirido especial relevância por reconhecer que a conservação da biodiversidade e a valorização dos conhecimentos tradicionais constituem elementos fundamentais para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial mais sustentáveis. Nessa abordagem, os recursos biológicos deixam de ser compreendidos apenas como insumos econômicos e passam a ser entendidos como parte de sistemas socioecológicos complexos, nos quais as dimensões ambientais, sociais, culturais e econômicas se encontram profundamente interligadas (Bugge; Hansen; Klitkou, 2016).

É nesse contexto que emerge a noção de bioeconomia da sociobiodiversidade, fortemente associada à perspectiva bioecológica da bioeconomia. Essa concepção destaca a importância dos povos e comunidades tradicionais, agricultores(as) familiares, indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas na conservação dos ecossistemas e no manejo sustentável dos recursos naturais. Mais do que promover a geração de renda, a bioeconomia da sociobiodiversidade busca conciliar conservação ambiental, inclusão social, valorização cultural e fortalecimento das economias locais, tendo como referência o uso sustentável da biodiversidade e o reconhecimento dos saberes tradicionalmente construídos pelos povos que habitam esses territórios (Brasil, 2009; Diegues, 2000).

A bioeconomia da sociobiodiversidade encontra na Amazônia um ambiente particularmente favorável ao seu desenvolvimento, em razão da elevada diversidade biológica e sociocultural existente na região. Diferentemente de modelos econômicos baseados na simplificação dos ecossistemas e na exploração intensiva dos recursos naturais, essa perspectiva fundamenta-se na valorização da biodiversidade, dos conhecimentos tradicionais e das práticas de manejo desenvolvidas historicamente pelos povos indígenas, comunidades quilombolas, populações ribeirinhas e agricultores(as) familiares, características inerentes a estas categorias sociais, conforme aponta Diegues (2000).

Nessa perspectiva, a conservação da floresta em pé e o uso sustentável dos recursos naturais são compreendidos como elementos centrais para a geração de trabalho e renda e para a promoção de formas mais equilibradas de relação entre sociedade e natureza (Abramovay *et al.*, 2022). Assim, a biodiversidade deixa de ser percebida apenas como fonte de matéria-prima e passa a ser reconhecida como patrimônio ecológico, cultural e econômico, cuja utilização depende da manutenção dos ecossistemas e da valorização dos conhecimentos construídos pelas populações que tradicionalmente ocupam esses territórios (Leff, 2006).

De acordo com Lasso *et al.* (2023), a bioeconomia da sociobiodiversidade, a agroecologia e a economia solidária apresentam elementos convergentes, por priorizarem relações econômicas pautadas na sustentabilidade, na justiça social e no fortalecimento das economias locais. Nessa abordagem, o conceito de Bem Viver¹ constitui uma importante referência ética e política, ao propor formas de organização social baseadas na harmonia entre os seres humanos e a natureza, no reconhecimento da diversidade cultural e na construção de relações mais solidárias e sustentáveis (Acosta, 2016).

Além disso, a integração entre os conhecimentos científicos e os saberes tradicionais tem sido apontada como elemento fundamental para o fortalecimento da bioeconomia na Amazônia. Segundo Euler *et al.* (2024), a articulação entre esses diferentes sistemas de conhecimento contribui para a valorização dos recursos locais, para a agregação de valor aos produtos da biodiversidade e para a promoção do bem-estar humano, ao mesmo tempo em que favorece a conservação dos ecossistemas amazônicos.

Nesse contexto, produtos oriundos da sociobiodiversidade, como açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), bacuri (*Platonia insignis* Mart.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.)

¹ O conceito de Bem Viver tem origem nas cosmovisões de povos indígenas andinos e refere-se a formas de organização social pautadas na harmonia entre os seres humanos e a natureza, na valorização da coletividade, da diversidade cultural e na busca por uma vida digna e sustentável, em contraposição aos modelos convencionais de desenvolvimento centrados no crescimento econômico (Acosta, 2016).

K. Schum.), murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.), uxi (*Endopleura uchi* (Huber) Cuatrec.), tucumã (*Astrocaryum vulgare* Mart.) e castanha-do-pará (*Bertholletia excelsa* Bonpl.), entre diversos outros, possuem importância econômica, social e ambiental para inúmeras famílias amazônicas, contribuindo para a manutenção dos modos de vida locais e para a conservação da biodiversidade (Homma, 2014; Abramovay *et al.*, 2022).

Desse modo, a bioeconomia da sociobiodiversidade constitui uma alternativa capaz de articular conservação ambiental, valorização cultural e geração de renda, tendo como fundamento a diversidade biológica e sociocultural da Amazônia e o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais na gestão dos recursos naturais.

Outro aspecto relevante para a consolidação da bioeconomia da sociobiodiversidade refere-se aos mecanismos de governança e às políticas públicas voltadas para o fortalecimento das cadeias produtivas da biodiversidade. Nesse contexto, o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam, 2024) destaca que a construção de uma bioeconomia inclusiva na Pan-Amazônia requer a articulação entre diferentes atores sociais e institucionais, de modo a promover estratégias territorializadas e compatíveis com as especificidades ecológicas, culturais e socioeconômicas da região.

Entre os modelos de governança discutidos na literatura, destaca-se a denominada hélice quártupla, que propõe a interação entre cinco dimensões fundamentais para a promoção da inovação e do desenvolvimento sustentável: governo, universidades e instituições de pesquisa, setor produtivo, sociedade civil e meio ambiente. Nessa perspectiva, a natureza deixa de ser compreendida apenas como fonte de recursos e passa a ser reconhecida como elemento central dos processos de inovação e das estratégias de desenvolvimento territorial (Carayannis; Campbell, 2010; Ipam, 2024).

No caso amazônico, essa abordagem torna-se particularmente relevante em razão da necessidade de construção de políticas públicas capazes de conciliar conservação ambiental, geração de renda e valorização dos conhecimentos tradicionais. Conforme Abramovay *et al.* (2022), o fortalecimento da bioeconomia na Amazônia depende da criação de ambientes institucionais favoráveis, do estímulo à inovação, da agregação de valor aos produtos da sociobiodiversidade e da participação efetiva dos povos e comunidades tradicionais na formulação e implementação das políticas públicas.

Nesta perspectiva, no âmbito estadual, o Pará destacou-se como pioneiro ao instituir, por meio do Decreto nº 2.746, de novembro de 2022, o Plano Estadual de Bioeconomia do Estado do Pará (PlanBio), cujo objetivo consiste em promover uma economia de baixo carbono

baseada no uso sustentável da biodiversidade, na conservação dos ecossistemas, na valorização dos conhecimentos tradicionais e na melhoria da qualidade de vida das populações locais (Pará, 2022)

Entre as diretrizes do PlanBio destacam-se o fortalecimento das cadeias produtivas da sociobiodiversidade, a ampliação da agregação de valor aos produtos regionais, o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento tecnológico e à inovação, bem como a promoção da inclusão social e produtiva dos povos indígenas, comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares (Semas, 2024).

Em âmbito nacional, a temática da bioeconomia vem ganhando crescente relevância na agenda pública brasileira. Em 2024, foi instituída a Estratégia Nacional de Bioeconomia, por meio do Decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024, com a finalidade de promover a transição para modelos produtivos mais sustentáveis, incentivar a inovação, ampliar a competitividade e fortalecer a conservação e o uso sustentável da biodiversidade brasileira (Brasil, 2024).

O Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio) estabelece diretrizes voltadas para o fortalecimento das cadeias produtivas da bioeconomia, a promoção da inovação, a geração de emprego e renda, a valorização dos conhecimentos tradicionais e a conservação da biodiversidade em todos os biomas brasileiros, evidenciando que a bioeconomia constitui uma estratégia nacional que extrapola o contexto amazônico (Brasil, 2024).

Observa-se que os avanços registrados no âmbito das políticas públicas e dos instrumentos governamentais voltados à bioeconomia evidenciam o reconhecimento crescente da bioeconomia da sociobiodiversidade como estratégia para promover a conservação ambiental, a inclusão social e o fortalecimento das economias locais. Nesse sentido, os referenciais teóricos e os instrumentos de políticas públicas aqui apresentados constituem elementos importantes para compreender as dinâmicas e os desafios associados aos empreendimentos da sociobiodiversidade, cooperativismo e associativismo na economia solidária que assumem papel relevante na agregação de valor aos recursos naturais e no fortalecimento das economias locais. Para Costa e Fernandes (2016), a valorização dos produtos da biodiversidade amazônica e a diversificação das atividades econômicas constituem elementos fundamentais para a construção de estratégias de desenvolvimento compatíveis com as especificidades ecológicas e socioculturais da região.

Além disso, Abramovay *et al.* (2022) ressaltam que a consolidação da bioeconomia amazônica depende do fortalecimento de arranjos produtivos capazes de combinar inovação, agregação de valor, inclusão social e conservação ambiental. Nessa perspectiva, compreender as características, os desafios e as potencialidades dos empreendimentos da sociobiodiversidade

torna-se fundamental para identificar os fatores que favorecem ou limitam a dinamização dessas cadeias produtivas.

O cooperativismo e o associativismo são pilares fundamentais da economia solidária, definida pela Lei Federal nº 14.835/2024 e por pensadores do setor como Paul Singer (2002) como um modelo de produção, distribuição e consumo pautado pela autogestão desses empreendimentos e pela cooperação realizada dentro das comunidades de diversas regiões do Brasil. Ao trocar a lógica do capital pelo bem-estar comunitário, esses dois pilares reconfiguram as relações de trabalho, criando alternativas de fácil acesso de sustentabilidade financeira para populações de ramais, estradas, rios e de diversos biomas amazônicos fortalecendo a estrutura local, a valorização das suas culturas e abrangendo o poder de voz para defesa dos seus direitos sociais.

No contexto da inclusão de gênero, essas organizações de grupo de pessoas unidos por um único propósito desempenham um papel historicamente decisivo ao formalizar o trabalho muitas das vezes invisibilizado das mulheres. Dados da Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária (SENAES/MTE) indicam que as mulheres chegam a representar cerca de 70% da força de trabalho no setor globalmente, trazendo a forte atuação em Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) de baixo porte gerando autonomia e controle das funções a elas atribuídas (IPEA, 2016). O associativismo feminino permite mulheres agricultoras familiares que fazem beneficiamento, extração, coleta, artesanato e manejo compartilhem custos, ganhem escala, visibilidades e acessem novos mercados, transformando saberes tradicionais em renda direta para suas comunidades através dos seus bens e serviços.

Outrossim, a atuação em redes cooperativas promove o fortalecimento da autoestima e do protagonismo político feminino. O princípio universal do cooperativismo — “cada pessoa, um voto” (Aliança Cooperativa Internacional - ACI) — garante espaço para que as vozes femininas ocupem cargos de gestão, liderança, onde dentro dos trabalhos assalariados não tinham vozes, não eram escutadas e não podiam dar suas opiniões a respeito dos produtos e/ou serviços, mas, no entanto, dentro desses pilares elas conseguem ser notadas nas áreas das principais hierarquias desses empreendimentos. No Brasil, embora as mulheres já representem aproximadamente 42% do quadro social total de cooperados e mais de 50% dos colaboradores contratados, o Anuário do Sistema OCB (2023/2026) aponta que a sua participação nos conselhos e presidências ainda é de aproximadamente 23%, trazendo a necessidade contínua de políticas institucionais voltadas à equidade de gênero para aumentar esse número ainda relevante.

Por fim, ao integrar a perspectiva de gênero à economia solidária, o cooperativismo e o associativismo viabilizam instrumentos centrais de transformação comunitária, social e combate à "tripla alienação" de classe, gênero e raça vivenciada por mulheres vulnerabilizadas (GEBARA, 2002). Esse alinhamento promove redes de apoio, previne a violência econômica dentro das comunidades de maior vulnerabilidade socioeconômica e constrói ecossistemas produtivos mais humanos, sustentáveis e verdadeiramente inclusivos dentro da perspectiva de inclusão social para todas as raças e classes de pessoas desse país e principalmente dos biomas amazônicos.

Assim, os referenciais teóricos apresentados nesta seção fornecem subsídios para a análise dos empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade identificados no município de Abaetetuba, apoiando a compreensão de suas formas de organização, produtos e serviços, bem como os principais desafios e potencialidades associados à sua atuação e a inclusão de gênero nos empreendimentos.

3 METODOLOGIA

Esta seção apresenta a caracterização da área de estudo e descreve os procedimentos metodológicos adotados para a realização da pesquisa, abrangendo a estratégia de amostragem, os instrumentos utilizados na coleta de dados, as etapas de sistematização e análise das informações e os aspectos éticos que orientaram a investigação.

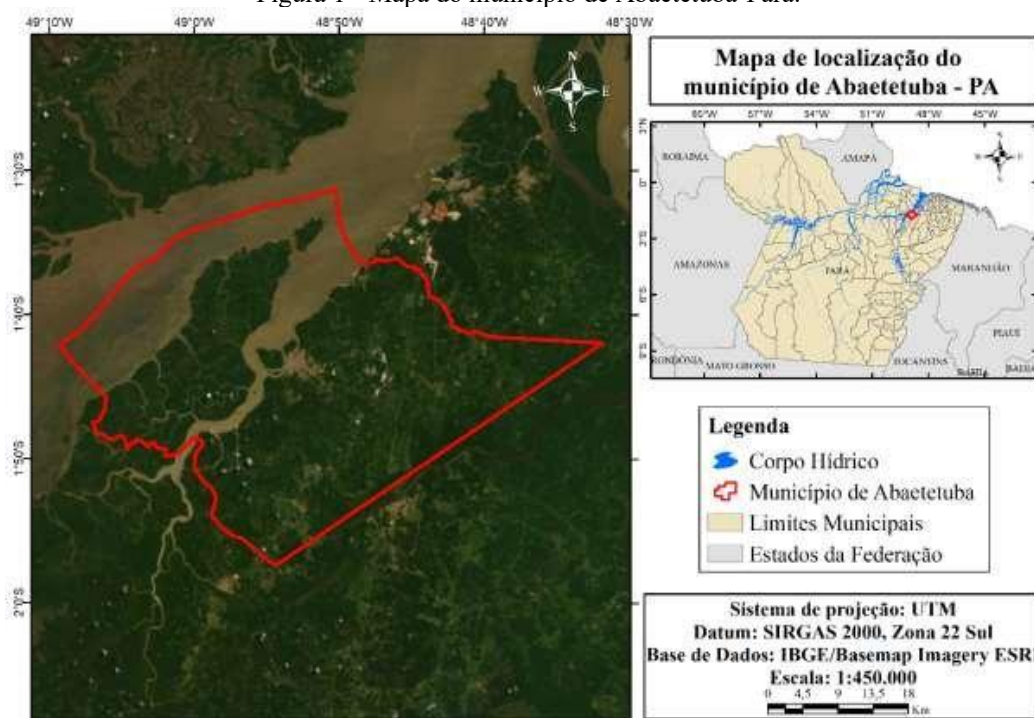
3.1 Área de Estudo

O estudo foi desenvolvido no município de Abaetetuba, localizado no estado do Pará, abrangendo diferentes áreas do território municipal, incluindo a sede urbana, ramais, estradas e ilhas pertencentes ao arquipélago abaetetubense. O município integra a Região de Integração do Baixo Tocantins, situando-se às margens do rio Tocantins e apresentando características ambientais, econômicas e socioculturais fortemente associadas aos ecossistemas fluviais e de várzea predominantes na região amazônica. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022), Abaetetuba possui uma área territorial de 1.610,654 km² e uma população de 158.188 habitantes, distribuída entre a sede municipal e numerosas comunidades rurais e ribeirinhas.

Essa configuração territorial confere ao município uma grande diversidade de paisagens e formas de ocupação humana, nas quais os conhecimentos tradicionais e a utilização dos recursos naturais desempenham papel importante nos modos de vida e nas atividades produtivas desenvolvidas pelas populações locais. Conforme destaca Diegues (2000), as populações tradicionais estabelecem relações historicamente construídas com os ambientes naturais, desenvolvendo formas particulares de uso, manejo e conservação dos recursos existentes nos territórios em que vivem.

A localização geográfica do município de Abaetetuba, no estado do Pará, pode ser observada na Figura 1. O município apresenta uma extensa rede hidrográfica e numerosas ilhas, características que influenciam diretamente as dinâmicas ambientais, econômicas e socioculturais locais.

Figura 1 - Mapa do município de Abaetetuba-Pará.



Fonte: Elaborado pelo autor (2025). Foto: Google Earth.

A ocupação do território correspondente ao atual município de Abaetetuba remonta ao período colonial, quando missionários estabeleceram contato com populações indígenas que habitavam a região. Inicialmente denominada Samaúma e, posteriormente, Beja, localidade que atualmente constitui um dos distritos do município, a área passou por um processo de crescimento populacional e fortalecimento das atividades econômicas e religiosas ao longo do século XIX. A emancipação político-administrativa de Abaetetuba ocorreu por meio da Lei Provincial nº 973, de 29 de março de 1880, consolidando sua autonomia territorial e administrativa (Santos, 2019; Silva, 2022).

Segundo o Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará (Pará, 2010), o território abaetetubense caracteriza-se pela presença de rios, furos, igarapés, áreas de várzea, ilhas e campos naturais, elementos que influenciam diretamente as dinâmicas ecológicas, sociais e econômicas da região. A alternância entre os períodos de cheia e vazante dos rios condiciona as formas de ocupação do espaço e as atividades desenvolvidas pelas populações locais, contribuindo para a constituição de modos de vida fortemente vinculados aos recursos naturais disponíveis.

Nessas áreas, destacam-se atividades como a pesca artesanal, a agricultura familiar, o extrativismo vegetal e o manejo de espécies da sociobiodiversidade, práticas amplamente desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares. Conforme

argumenta Diegues (2000), essas populações possuem conhecimentos acumulados ao longo das gerações sobre os ciclos naturais, os recursos biológicos e as formas sustentáveis de utilização dos ecossistemas, desempenhando papel relevante na conservação da biodiversidade.

Além de sua importância ambiental, Abaetetuba destaca-se pela diversidade sociocultural presente em seus territórios. O arquipélago abaetetubense é composto por diversas ilhas habitadas por populações ribeirinhas, entre as quais se destacam Uruá, Capim, Turi-Açu, Arapapuzinho, Paramajó, Genipaúba e Piquiarana, localizadas ao longo dos rios e furos que constituem a extensa rede hidrográfica municipal. Nessas localidades, predominam atividades relacionadas à pesca artesanal, ao extrativismo vegetal e à agricultura familiar, constituindo importantes fontes de trabalho e renda para as famílias residentes.

O município abriga ainda comunidades quilombolas, como Abaetezinho, Pirocaba, Bacuri e Itacuruçá, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares, cujos modos de vida mantêm estreita relação com a utilização dos recursos naturais e com a preservação dos conhecimentos tradicionais (Fundação Cultural Palmares, 2024). Além das populações ribeirinhas e quilombolas, também se destacam agricultores(as) familiares estabelecidos em áreas de terra firme e ao longo dos ramais, onde são desenvolvidas atividades agrícolas diversificadas, com destaque para o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz.), amplamente utilizada na produção de farinha, um dos produtos tradicionais do município.

As características ambientais e socioculturais presentes em Abaetetuba favorecem a existência de atividades relacionadas à bioeconomia da sociobiodiversidade, especialmente aquelas desenvolvidas por povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares. Por suas características, neste contexto, se faz presente elementos como os apontados por Diegues (2000) e Berkes (2018), isto é, a combinação entre diversidade biológica, conhecimentos tradicionais e formas de manejo adaptadas às condições locais constitui um importante patrimônio socioambiental e representa elemento estratégico para iniciativas voltadas ao uso sustentável dos recursos naturais e à valorização dos produtos da sociobiodiversidade.

Sendo assim, o município de Abaetetuba apresenta características que o tornam um espaço relevante para estudos relacionados à bioeconomia da sociobiodiversidade, uma vez que reúne expressiva diversidade ecológica, riqueza sociocultural e diferentes formas de utilização e manejo dos recursos naturais e dos produtos da sociobiodiversidade, desenvolvidas por populações que historicamente mantêm estreita relação com os ecossistemas amazônicos.

3.2 Procedimentos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, uma vez que busca produzir conhecimentos voltados para a compreensão de uma realidade concreta, relacionada aos empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade existentes no município de Abaetetuba, no estado do Pará. Segundo Gil (2022), as pesquisas aplicadas possuem como finalidade gerar conhecimentos direcionados à solução de problemas específicos, contribuindo para a compreensão e intervenção em determinadas realidades sociais. No que se refere aos objetivos, este estudo possui caráter exploratório e descritivo. A pesquisa exploratória possibilita maior aproximação com o problema investigado, favorecendo a ampliação dos conhecimentos acerca do objeto de estudo, enquanto a pesquisa descritiva busca identificar, registrar e analisar características, fenômenos e relações existentes em determinado contexto (Gil, 2022).

Quanto à abordagem metodológica, adotou-se a pesquisa qualitativa, com suporte quantitativo descritivo. Conforme Minayo (2012), a pesquisa qualitativa busca compreender os significados, valores, práticas, crenças e percepções construídos pelos sujeitos em seus contextos sociais, valorizando as experiências humanas e os sentidos atribuídos às suas ações. De acordo com Chizzotti (2014), essa abordagem é especialmente relevante em investigações que envolvem conhecimentos tradicionais, modos de vida específicos e processos de organização social, por possibilitar uma compreensão mais aprofundada das experiências e relações estabelecidas pelos indivíduos em seus respectivos contextos. Complementarmente, o suporte quantitativo descritivo foi empregado com a finalidade de organizar, sistematizar e quantificar informações referentes aos empreendimentos e aos(as) seus(suas) representantes, permitindo traçar um panorama geral das características observadas. Para Lakatos e Marconi (2021), a utilização combinada de abordagens qualitativas e quantitativas possibilita uma compreensão mais abrangente dos fenômenos estudados, na medida em que integra interpretações e descrições numéricas em uma mesma investigação.

A coleta dos dados ocorreu entre os meses de fevereiro e maio de 2025, período em que foram realizadas visitas de campo em diferentes localidades do município de Abaetetuba, abrangendo áreas insulares, comunidades rurais, ramais e outros espaços nos quais se encontram empreendimentos relacionados à bioeconomia da sociobiodiversidade. As atividades desenvolvidas em campo envolveram a realização de entrevistas, registros fotográficos, gravações de áudio, observações diretas e anotações em caderno de campo, possibilitando uma aproximação com os(as) interlocutores(as) da pesquisa e com os contextos

em que os empreendimentos estão inseridos. Segundo Minayo (2012), a interação entre pesquisador e sujeitos investigados constitui um dos elementos centrais das pesquisas qualitativas, uma vez que permite compreender não apenas os fatos observados, mas também os significados atribuídos pelos participantes às suas experiências e práticas cotidianas.

Para a obtenção das informações necessárias ao desenvolvimento da pesquisa, utilizou-se como principal instrumento de coleta de dados um formulário estruturado (Apêndice A), elaborado entre os meses de agosto de 2024 a janeiro de 2025. Durante esse período, o instrumento passou por diferentes etapas de construção, revisão e aperfeiçoamento, visando garantir maior clareza das questões e adequação aos objetivos propostos pelo projeto de pesquisa. Em sua versão final, o formulário contemplou quatro eixos temáticos, a saber: dados socioeconômicos dos empreendimentos e dos(as) empreendedores(as); características gerais dos empreendimentos e dos produtos e/ou serviços desenvolvidos; organização e gestão dos empreendimentos; e acesso a políticas públicas, projetos, editais de fomento, bem como as principais conquistas, limitações e demandas identificadas pelos(as) participantes.

As entrevistas foram realizadas com os(as) responsáveis pelos empreendimentos, permitindo a obtenção de informações relacionadas às atividades desenvolvidas, às formas de organização produtiva, aos processos de comercialização e às principais dificuldades enfrentadas pelos(as) empreendedores(as). De acordo com Minayo (2012), a entrevista constitui uma das principais técnicas utilizadas em pesquisas qualitativas, por possibilitar o acesso às percepções, experiências, opiniões e interpretações dos sujeitos acerca de sua própria realidade. Para Chizzotti (2014), esse instrumento favorece a construção de informações contextualizadas e contribui para a compreensão das dinâmicas sociais e culturais presentes nos ambientes investigados.

Além das entrevistas, foram realizados registros fotográficos e gravações de áudio, mediante autorização dos(as) participantes, com a finalidade de complementar as informações obtidas por meio dos formulários. Paralelamente, foram efetuadas observações sistemáticas durante as visitas de campo, as quais foram registradas em caderno de campo. Essas anotações permitiram documentar aspectos relacionados aos espaços produtivos, às formas de organização, às relações estabelecidas entre os sujeitos e às condições observadas durante as atividades desenvolvidas. Conforme destacam Minayo (2012) e Chizzotti (2014), a observação direta constitui importante recurso metodológico nas pesquisas qualitativas, uma vez que possibilita registrar elementos que nem sempre são integralmente expressos pelos participantes durante as entrevistas. Dessa forma, os registros efetuados em caderno de campo contribuíram para complementar e aprofundar a compreensão dos empreendimentos investigados.

Para a identificação dos empreendimentos participantes da pesquisa foi empregada a técnica de amostragem não probabilística denominada “bola de neve” (*snowball sampling*). Segundo Vinuto (2014), trata-se de uma estratégia metodológica utilizada principalmente em pesquisas qualitativas envolvendo populações para as quais não existem cadastros sistematizados ou que apresentam certa dispersão espacial e social. Essa técnica consiste em iniciar a pesquisa a partir de um conjunto inicial de participantes, denominados “sementes”, que, posteriormente, indicam outros sujeitos ou grupos que apresentam características semelhantes, formando sucessivas cadeias de referência. De acordo com a autora, a técnica mostra-se particularmente útil quando o universo da pesquisa é pouco conhecido ou quando não existem bases de dados que permitam a construção de uma amostra probabilística.

Nesse sentido, o processo de mapeamento e identificação dos empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade existentes no município de Abaetetuba foi iniciado em fevereiro de 2025, a partir do contato com informantes-chave vinculados a instituições e organizações que mantêm atuação junto a povos e comunidades tradicionais e agricultores(as) familiares. Entre esses interlocutores encontravam-se representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR), associações de agricultores(as), ribeirinhos, agroextrativistas e quilombolas, além de funcionários da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater-Pará), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e de secretarias municipais. Esses atores contribuíram para a identificação inicial de empreendimentos que atuam no manejo, beneficiamento, produção e comercialização de produtos e serviços associados à sociobiodiversidade.

A utilização de informantes-chave em pesquisas qualitativas constitui importante estratégia para o acesso a informações e grupos sociais específicos, permitindo ao pesquisador maior aproximação com a realidade investigada (Minayo, 2012). Dessa forma, as indicações realizadas pelos diferentes interlocutores possibilitaram ampliar gradativamente a rede de contatos e alcançar empreendimentos localizados em distintas áreas do município, abrangendo tanto comunidades ribeirinhas e ilhas quanto áreas de terra firme e ramais.

Após as indicações iniciais, foram contatos(as) representantes dos empreendimentos e agendadas visitas *in loco* a estes, ocasião em que foram conduzidas entrevistas com seus(suas) respectivos(as) representantes, além da realização de registros fotográficos, gravações de áudio e coleta de materiais informativos em alguns deles, como *folders*, relacionados às atividades desenvolvidas. Ao término de cada entrevista, os(as) participantes eram convidados(as) a indicar outros empreendimentos com perfil semelhante, possibilitando a continuidade do

processo de amostragem em cadeia, conforme preconizado pela técnica bola de neve (Vinuto, 2014).

Ao longo do período de coleta de dados, foram identificados 33 empreendimentos vinculados à bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Abaetetuba. Entretanto, destes, 13 empreendimentos foram efetivamente visitados e tiveram seus(suas) representantes entrevistados(as), constituindo a amostra deste trabalho. Os demais empreendimentos inicialmente identificados não foram incluídos na pesquisa em razão de dificuldades relacionadas à obtenção de informações sobre sua localização, ausência de contatos dos(as) responsáveis, incompatibilidade de agendas para a realização das entrevistas e limitações temporais impostas pelo cronograma do projeto de pesquisa “Diagnóstico da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Abaetetuba - Pará”², uma vez que a vigência da bolsa de iniciação científica vinculada ao referido projeto encerrou-se em julho de 2025, motivo pelo qual a continuidade do levantamento dos empreendimentos não contemplados no período de vigência do projeto passou a ser realizado pela nova bolsista, após a renovação do projeto.

Considerando a abrangência territorial da pesquisa, seria inviável, dentro do período previsto para execução do projeto, alcançar a totalidade dos empreendimentos inicialmente identificados. Assim, a amostra constituída pelos 13 empreendimentos entrevistados permitiu reunir informações suficientes para atender aos objetivos propostos pelo estudo, possibilitando compreender aspectos relacionados às características dos empreendimentos, aos produtos e serviços desenvolvidos, às formas de organização adotadas e aos principais desafios e potencialidades identificados pelos(as) interlocutores(as) da pesquisa.

Após a conclusão da etapa de campo, os dados obtidos por meio dos formulários foram organizados e sistematizados com o auxílio do programa Microsoft Excel®, ferramenta utilizada para inserção, organização, comparação e quantificação das informações coletadas. Inicialmente, os dados de cada formulário foram transcritos para planilhas eletrônicas, sendo posteriormente submetidos a um processo de conferência e revisão das informações, com a

² O Projeto foi submetido ao Programa de Iniciação Científica (Pibic) da UFPA no edital de 2024 e desenvolvido como parte das estratégias para o alcance dos objetivos e metas do Projeto “Formação de Agentes e Assessores Técnicos em Bioeconomia Amazônica”, coordenado pelo professor José Antonio Herrera da UFPA Campus Altamira, e financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), que busca realizar o diagnóstico de empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade e da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) voltada a estes empreendimentos em seis territórios do Pará, a destacar: Baixo Tocantins, Transamazônica e Xingu, Baixo Amazonas, Araguaia, Guajará e Marajó, no qual a professora orientadora desse trabalho de conclusão de curso atua como coordenadora das ações no Baixo Tocantins. Assim, a realização da pesquisa de campo contou também com o apoio da discente bolsista do referido projeto, Jêssica Pureza, assim como do discente Renan Trindade, que à época atuava como bolsista de outro projeto sobre a Ater para a sociobioeconomia, também coordenado pela professora orientadora deste trabalho, além de outras duas estudantes que atuaram como voluntárias nas atividades de campo dos projetos.

finalidade de identificar possíveis inconsistências e assegurar maior confiabilidade aos dados. Em seguida, procedeu-se à organização das informações segundo os quatro eixos temáticos contemplados no instrumento de pesquisa, possibilitando a identificação de padrões, convergências e especificidades observadas entre os empreendimentos investigados.

A análise dos dados foi realizada de forma descritiva e interpretativa, considerando tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos das informações obtidas. As informações quantitativas foram utilizadas para caracterizar, em termos numéricos, os empreendimentos e os(as) empreendedores(as), enquanto as informações qualitativas possibilitaram compreender aspectos relacionados às formas de organização, aos processos produtivos, às estratégias de comercialização, às dificuldades enfrentadas e às potencialidades identificadas pelos(as) participantes da pesquisa.

Além disso, os registros fotográficos e as gravações de áudio realizados durante as visitas, mediante autorização dos(as) participantes, constituíram importantes fontes complementares de informação, auxiliando na descrição dos empreendimentos e na interpretação das informações obtidas em campo. Conforme destacam Lakatos e Marconi (2021), a utilização de diferentes instrumentos de coleta de dados contribui para aumentar a consistência das informações e possibilita uma análise mais abrangente dos fenômenos investigados.

Durante todas as etapas da pesquisa foram observados os princípios éticos que orientam as pesquisas envolvendo seres humanos, especialmente aqueles relacionados ao respeito à autonomia dos participantes, à confidencialidade das informações e ao consentimento livre e esclarecido. Antes da realização das entrevistas, os(as) participantes foram informados(as) acerca dos objetivos do estudo, da finalidade da coleta dos dados, da natureza voluntária da participação e da garantia de sigilo das informações, caso assim desejassem. Esse procedimento buscou assegurar a participação consciente e voluntária dos(as) interlocutores(as), bem como estabelecer uma relação de confiança entre pesquisadores e participantes.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), apresentado no Apêndice B, foi utilizado como instrumento de formalização da concordância dos(as) participantes em colaborar com a pesquisa. Ressalta-se que, para fins de apresentação no trabalho, foram retiradas do documento informações pessoais dos pesquisadores, preservando apenas os elementos necessários à compreensão do instrumento. Todos os procedimentos adotados na pesquisa seguiram as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde, que dispõe sobre as normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais (Brasil, 2016).

Além disso, foi utilizado o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Áudio, apresentado no Apêndice C, por meio do qual os(as) participantes autorizaram a gravação das entrevistas e o uso de imagens e registros sonoros exclusivamente para fins científicos e acadêmicos, assegurando-se o respeito aos princípios éticos da pesquisa, bem como a preservação da privacidade e dos direitos dos(as) participantes. Assim como no TCLE, para fins de apresentação no trabalho, no Apêndice C foram omitidas informações pessoais dos pesquisadores, mantendo-se apenas os elementos necessários à compreensão do instrumento.

A observância desses princípios éticos foi fundamental para garantir a legitimidade das informações obtidas e assegurar o respeito aos direitos dos(as) participantes, contribuindo para a construção de uma pesquisa comprometida com a responsabilidade científica e com a valorização das experiências e conhecimentos compartilhados pelos(as) interlocutores(as). Conforme assinalam Minayo (2012) e Chizzotti (2014), a ética constitui elemento indissociável da prática científica, especialmente em estudos que envolvem sujeitos sociais, seus modos de vida, conhecimentos e experiências.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados em duas seções. A primeira tratará do perfil socioeconômico dos(as) empreendedores(as) entrevistados(as) e a segunda abordará sobre a caracterização dos empreendimentos identificados na pesquisa.

4.1 Perfil socioeconômico dos empreendedores e empreendedoras entrevistados

Os resultados obtidos a partir das entrevistas realizadas com os(as) representantes dos empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade identificados no município de Abaetetuba permitiram traçar um panorama acerca das características socioeconômicas dos sujeitos que atuam diretamente na gestão dessas iniciativas. Conforme destacado por Abramovay (2007), compreender o perfil dos atores sociais envolvidos em processos produtivos rurais é fundamental para interpretar as dinâmicas de desenvolvimento territorial e as estratégias de reprodução social adotadas pelas populações do campo e das águas.

No caso dos empreendimentos investigados, verificou-se que a faixa etária predominante corresponde ao intervalo entre 35 e 60 anos, representando 69,2% da amostra (9 entrevistados). Os demais 30,8% (4 entrevistados) distribuem-se entre pessoas com idades inferiores a 35 anos ou superiores a 60 anos. Assim, observa-se que aproximadamente sete em cada dez empreendedores pertencem à faixa etária de 35 a 60 anos, evidenciando a predominância de adultos em plena fase produtiva e com significativa experiência acumulada, característica frequentemente observada em organizações comunitárias, associações rurais e empreendimentos de base familiar existentes na Amazônia, conforme pondera Wanderley (2009).

Esse perfil etário sugere que grande parte dos empreendedores investigados acumulou, ao longo de suas trajetórias de vida, experiências produtivas e conhecimentos relacionados às atividades desenvolvidas em seus empreendimentos. Nos casos em que os empreendedores pertencem a povos e comunidades tradicionais, esses conhecimentos podem estar associados aos saberes construídos e transmitidos entre gerações. Segundo Diegues (2000), o conhecimento ecológico local constitui importante patrimônio cultural dessas populações, sendo construído historicamente por meio da prática cotidiana e da convivência comunitária.

Além disso, a existência de empreendedores com idade superior a 60 anos evidencia a necessidade de atenção à sucessão geracional nos empreendimentos pesquisados. Conforme argumenta Abramovay (2007), a permanência dos jovens nas atividades rurais depende não

apenas da existência de oportunidades econômicas, mas do acesso à educação, à inovação e às políticas públicas capazes de tornar os territórios mais atrativos para as novas gerações.

Durante a pesquisa de campo, cerca de 52% dos entrevistados manifestaram preocupação com a continuidade das atividades desenvolvidas nos empreendimentos, sobretudo em razão do reduzido envolvimento dos jovens nas atividades produtivas. Essa preocupação foi identificada por Brumer (2007), ao analisar os processos de sucessão na agricultura familiar brasileira, destacando que a migração dos jovens para os centros urbanos representa um dos principais fatores de fragilização da continuidade das unidades produtivas familiares.

No que se refere ao gênero dos(as) representantes entrevistados(as), observou-se uma expressiva participação feminina nos empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade diagnosticados em Abaetetuba. Das treze iniciativas investigadas, oito (61,5%) possuem mulheres na condição de líderes, coordenadoras ou principais responsáveis pela gestão dos empreendimentos, enquanto cinco (38,5%) são representadas por homens.

Esse resultado demonstra a relevância do protagonismo feminino nos processos de organização produtiva, geração de renda e fortalecimento das iniciativas associadas à sociobiodiversidade amazônica. Segundo Paulilo (2016), historicamente as mulheres rurais foram invisibilizadas nos processos produtivos, sendo frequentemente associadas às atividades domésticas e de reprodução familiar. Contudo, nas últimas décadas, sua participação em associações, cooperativas e empreendimentos solidários tem se intensificado, conferindo maior autonomia econômica e reconhecimento social.

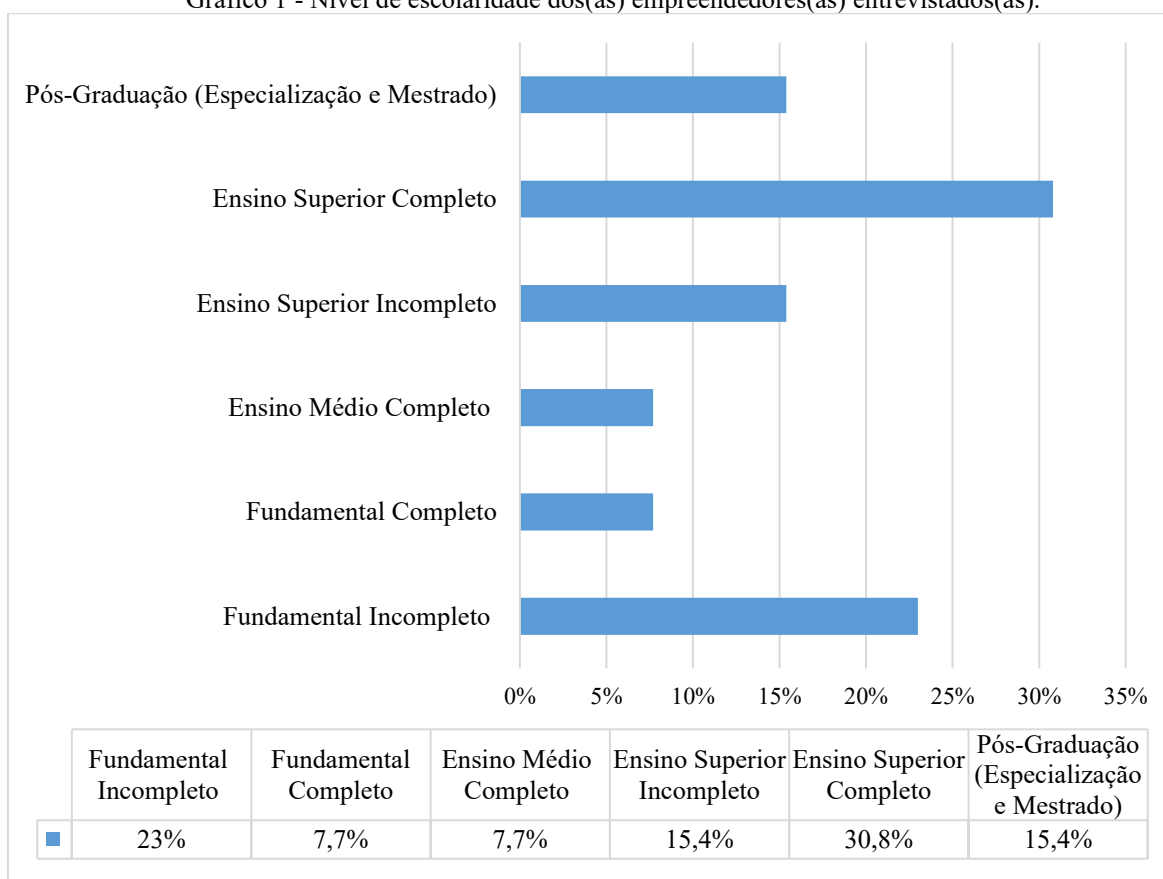
Resultados semelhantes foram encontrados por Brondízio e Siqueira (1997), ao analisarem comunidades ribeirinhas amazônicas, identificando que as mulheres exercem papel central nas atividades de beneficiamento de alimentos, artesanato, comercialização e gestão das organizações comunitárias. De maneira semelhante, Siliprandi (2015) ressalta que a participação feminina nos processos produtivos ligados à agroecologia e à economia solidária representa uma importante estratégia de fortalecimento da autonomia das mulheres e de promoção do desenvolvimento territorial sustentável.

Durante as entrevistas realizadas, verificou-se que as mulheres atuam em diferentes funções, incluindo a presidência de associações, coordenação administrativa, organização financeira, produção artesanal, beneficiamento de alimentos, participação em feiras e comercialização dos produtos. Tal protagonismo demonstra que as mulheres não ocupam posições secundárias nessas iniciativas, mas desempenham papel decisivo para a manutenção e expansão dos empreendimentos.

Segundo Enríquez (2010) e Costa (2019), as mulheres desempenham papel fundamental na conservação da biodiversidade, na transmissão dos conhecimentos tradicionais e na organização das atividades produtivas desenvolvidas pelos povos e comunidades tradicionais. Nesse sentido, a significativa presença feminina identificada na pesquisa dialoga com os princípios da bioeconomia da sociobiodiversidade, evidenciando a contribuição das mulheres para o fortalecimento dos empreendimentos e para a valorização dos saberes locais.

Em relação ao nível de escolaridade dos(as) entrevistados(as), os resultados revelaram uma diversidade de trajetórias educacionais. Constatou-se que 23% (3 entrevistados) possuem Ensino Fundamental incompleto; 7,7% (1 entrevistado), Ensino Fundamental completo; 7,7% (1 entrevistado), Ensino Médio completo; 15,4% (2 entrevistados) apresentam Ensino Superior incompleto; 30,8% (4 entrevistados), Ensino Superior completo; e 15,4% (2 entrevistados) possuem formação em nível de pós-graduação, como apresentado no Gráfico 01.

Gráfico 1 - Nível de escolaridade dos(as) empreendedores(as) entrevistados(as).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026).

A distribuição observada demonstra que os empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade reúnem sujeitos com diferentes níveis de escolarização formal,

evidenciando que a construção dos conhecimentos necessários para a gestão e o funcionamento dessas iniciativas não depende exclusivamente da educação escolar, mas dos conhecimentos construídos na prática cotidiana e das experiências acumuladas ao longo do tempo.

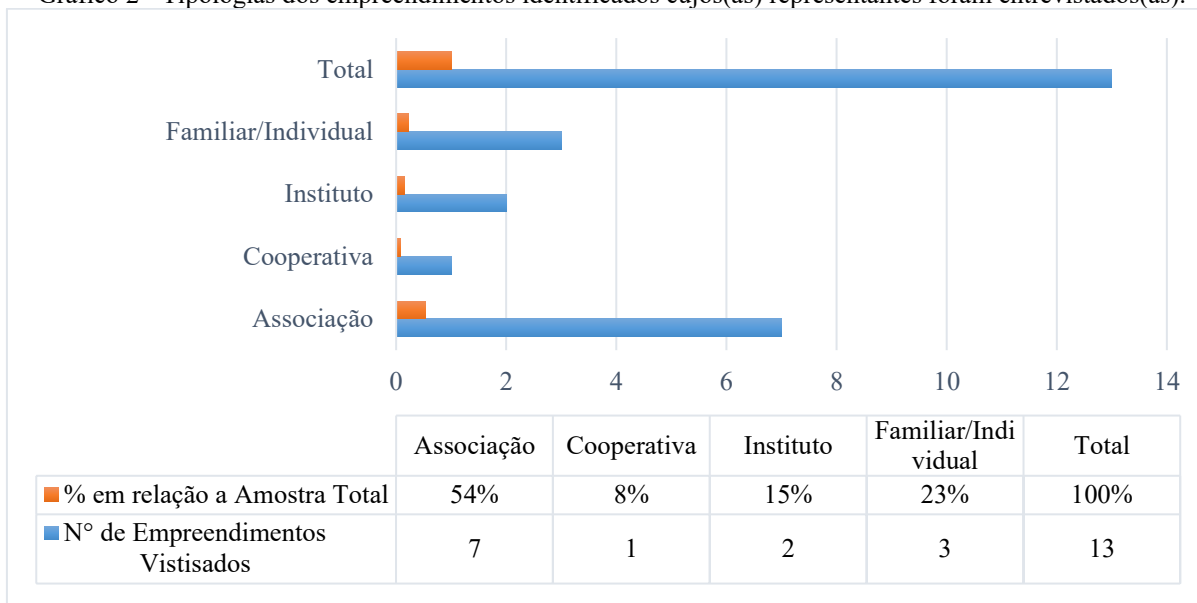
Tal reflexão surge a partir do que avalia Leff (2015), quando discute que a racionalidade ambiental pressupõe a articulação entre conhecimentos científicos e saberes tradicionais, possibilitando a construção de modelos produtivos mais sustentáveis e socialmente inclusivos. Nessa perspectiva, os conhecimentos acadêmicos não substituem os saberes locais, mas estabelecem relações complementares que fortalecem os processos de gestão e organização comunitária.

A complementaridade entre os conhecimentos adquiridos por meio da educação formal e os saberes empíricos e tradicionais também foi observada durante a pesquisa de campo. Enquanto alguns entrevistados com maior nível de escolaridade desempenham funções relacionadas à elaboração de projetos, prestação de contas, gestão administrativa e articulação institucional, outros, detentores de conhecimentos empíricos e tradicionais, atuam diretamente nas etapas de produção, manejo dos recursos naturais e transmissão dos saberes locais. Esse cenário pode ser analisado sob o ponto de vista de Freire (2005, p. 79), que ressalta que “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”, evidenciando o caráter coletivo e dialógico da construção do conhecimento.

Outro aspecto identificado refere-se à diversidade organizacional dos empreendimentos investigados. Os 13 empreendimentos cujos representantes foram entrevistados foram agrupados em quatro (4) categorias distintas: associações, cooperativa, institutos e empreendimentos familiares e/ou individuais.

As associações representam a categoria predominante, correspondendo a 53,8% da amostra (7 empreendimentos). Em seguida, os empreendimentos familiares e/ou individuais representam 23,1% (3 empreendimentos), os institutos correspondem a 15,4% (2 empreendimentos) e as cooperativas representam 7,7% da amostra (1 empreendimento). O Gráfico 02 apresenta as tipologias dos empreendimentos identificados cujos(as) representantes foram entrevistados(as).

Gráfico 2 - Tipologias dos empreendimentos identificados cujos(as) representantes foram entrevistados(as).



Fonte: Elaborado pelo autor (2026.)

Essa diversidade organizacional demonstra a pluralidade de formas de organização existentes no contexto da bioeconomia da sociobiodiversidade em Abaetetuba, o que dialoga com Gaiger (2013), que afirma que diferentes modalidades organizativas podem coexistir em um mesmo território, constituindo estratégias complementares de geração de renda, fortalecimento comunitário e valorização dos recursos locais.

Da mesma forma, Sachs (2008) destaca que processos de desenvolvimento territorial sustentável não dependem de um único modelo organizacional, mas da capacidade de articulação entre múltiplos atores e formas de organização econômica, capazes de promover simultaneamente inclusão social, conservação ambiental e dinamização das economias locais.

Assim, os resultados obtidos evidenciam que a bioeconomia da sociobiodiversidade em Abaetetuba se materializa por meio de diferentes formas organizativas, reunindo associações, cooperativas, institutos e empreendimentos familiares, cujas especificidades serão apresentadas e discutidas nas seções seguintes.

4.2 Associações

Foram identificados 7 (53,8%) associações correspondentes à tipologia organizacional predominante entre os empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade em Abaetetuba. Estas são compostas por diferentes categorias sociais, incluindo agricultores(as)

familiares, artesãos(ãs), pescadores(as), agroextrativistas, quilombolas e ribeirinhos(as), evidenciando a diversidade sociocultural característica do município de Abaetetuba.

Esse resultado demonstra a importância das formas associativas para a organização produtiva das populações tradicionais amazônicas, uma vez que as associações representam mecanismos coletivos de fortalecimento social, valorização dos conhecimentos locais e ampliação das oportunidades de acesso às políticas públicas (Gaiger, 2013; Schmitz *et al.*, 2020). Além disso, conforme ressaltam Diegues (2000) e Berkes (2018), a coexistência de diferentes grupos sociais em territórios tradicionais constitui um elemento central para a manutenção dos sistemas de uso múltiplo dos recursos naturais e para a conservação da biodiversidade.

Em relação à composição por gênero, observou-se que duas associações (28,6%³) são constituídas exclusivamente por mulheres, enquanto cinco (71,4%) apresentam composição mista, envolvendo homens e mulheres. Esse dado reforça o protagonismo feminino anteriormente identificado no perfil dos empreendedores e dialoga com os estudos de Siliprandi (2015), nos quais as organizações coletivas têm desempenhado papel importante na promoção da autonomia econômica e política das mulheres rurais.

As associações exclusivamente femininas correspondem à Associação de Mulheres Quilombolas Raízes do Bacuri e à Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba (AMQG). Já as associações de composição mista são representadas pela Associação dos Artesãos Produtores de Artesanato de Miriti (AAPAM), Associação Arte Miriti de Abaetetuba (Miritong), Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP), Associação Multissetorial dos Empreendedores de Beja (AMSETEB) e Associação de Mulheres Quilombolas Unidas do Rio Arapapuzinho. Na sequência, as Figuras 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 apresentam registros fotográficos das referidas associações capturados durante a pesquisa de campo ou acessados a partir das redes sociais delas.

³ Nessa seção, a partir daqui, as percentagens apresentadas consideram a amostra total (7) da categoria de associações e são apresentadas levando em conta somente essa categoria de empreendimento, não estando, portanto, os percentuais associados a amostra total de 13 empreendimentos identificados e diagnosticados.

Figura 2 - Sede da Associação de Mulheres Quilombolas Raízes do Bacuri



Fonte: Pesquisa de campo (2025). Foto: Roberta Rowsy Amorim de Castro.

Figura 3 - Produtos da Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba (AMQG).



Fonte: Pesquisa de campo (2025). Foto: Jessica Pureza Lobato.

Figura 4 - Produto da Associação dos Artesãos Produtores de Artesanato de Miriti (AAPAM).



Fonte: Página do Instagram @aapamartesanodemiriti.

Figura 5 - Fabricação de artesanato de miriti da Associação Arte Miriti de Abaetetuba (Miritong).



Fonte: Pesquisa de campo (2025). Foto: Renan Monteiro da Trindade.

Figura 6 - Mulheres trabalhando na Associação dos Agroextrativistas Pescadores e Artesãos do Pirocaba (Asapap).



Fonte: Pesquisa de campo (2025). Foto: Daniela Silva Araújo.

Figura 7 - Comercialização de produtos da Associação Multissetorial dos Empreendedores de Beja (AMSETEB)



Fonte: Pesquisa de campo (2025). Foto: Elienai Ferreira Vilhena.

Figura 8 - Entrevista com as representantes da Associação de Mulheres Quilombolas Unidas do Rio Arapapuzinho.



Fonte: Pesquisa de campo (2025). Foto: Elienai Ferreira Vilhena.

Figura 9 - Pesquisa de campo na AAPAM



Fonte: Pesquisa de Campo (2025) Foto: Elienai Ferreira Vilhena

No que se refere à localização das sedes, duas associações (28,6%) encontram-se na área urbana do município, enquanto cinco (71,4%) estão situadas em áreas rurais, sendo quatro localizadas em ramais e uma em território insular. Essa distribuição espacial demonstra que a bioeconomia da sociobiodiversidade em Abaetetuba não se restringe à sede municipal, estando fortemente vinculada aos territórios rurais e às populações tradicionais que neles vivem.

Segundo Costa (2019), a bioeconomia da sociobiodiversidade apresenta forte enraizamento territorial, sendo diretamente influenciada pelas características ambientais, culturais e sociais das regiões onde os empreendimentos se desenvolvem. Na Amazônia, essa relação entre território e produção torna-se ainda mais evidente, uma vez que os recursos naturais e os conhecimentos tradicionais constituem elementos indissociáveis da dinâmica econômica local, como pode também ser observado nas associações identificadas na pesquisa.

Quanto às atividades desenvolvidas, verificou-se que três associações (42,9%) atuam prioritariamente na fabricação de artesanato produzido a partir do miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.), espécie nativa das áreas de várzea amazônicas amplamente utilizada pelas populações locais na produção de brinquedos e peças artesanais (Shanley; Medina, 2005). As demais associações (57,1%) trabalham com a produção e comercialização de alimentos e bebidas, incluindo licores, cocadas, brigadeiros, pães, maniçoba, biojoias e outros produtos elaborados a partir de matérias-primas oriundas da sociobiodiversidade regional.

Essa diversidade produtiva corrobora os argumentos de Homma (2014), segundo os quais os produtos da sociobiodiversidade possuem elevado potencial para agregar valor às economias locais, sobretudo quando associados a processos coletivos de organização e comercialização.

Formadas entre os anos de 2005 e 2020, as associações apresentam, em média, cerca de trinta associados(as), embora existam diferenças significativas entre elas quanto ao número de participantes. A pesquisa revelou que seis associações (85,7%) possuem Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ativo, enquanto uma (14,3%) ainda enfrenta dificuldades relacionadas à regularização documental.

As dificuldades relacionadas à ausência ou à regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) foram associadas, pelos próprios interlocutores, à burocracia existente nos processos de atualização cadastral e às limitações financeiras para atender às exigências legais. Problemas semelhantes também foram identificados por Schmitz *et al.* (2020) em estudos sobre cadeias produtivas da sociobiodiversidade, evidenciando que a complexidade dos procedimentos administrativos ainda constitui um dos principais obstáculos enfrentados pelas organizações comunitárias.

As principais características das associações identificadas durante a pesquisa, incluindo o ano de fundação, o número de associados(as), a situação do CNPJ e as atividades desenvolvidas, estão sintetizadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Caracterização das associações da bioeconomia da sociobiodiversidade identificadas em Abaetetuba (PA)

Associação	Localização da sede	Principais produtos e/ou atividades	CNPJ ativo	Principais canais de comercialização
Associação de Mulheres Quilombolas Raízes do Bacuri	Comunidade Quilombola Bacuri (ramal)	Licores, cocadas, brigadeiros, bijoias e outros produtos alimentícios	Sim	Feiras locais, encomendas e eventos
Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipaúba (AMQG)	Comunidade Quilombola Rio Genipaúba (ilha)	Artesanato, bijoias e produtos derivados da sociobiodiversidade	Sim	Feiras, exposições e comercialização direta
Associação dos Artesãos Produtores de Artesanato de Miriti (AAPAM)	Área urbana de Abaetetuba	Brinquedos e artesanato em miriti (<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.)	Sim	Miriti Fest, Círio de Nazaré, encomendas e redes sociais
Associação Arte Miriti de Abaetetuba (Miritong)	Área urbana de Abaetetuba	Brinquedos e peças artesanais em miriti (<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.)	Sim	Feira de Miriti, eventos culturais e encomendas
Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP)	Comunidade Pirocaba (ramal)	Alimentos, artesanato e produtos agroextrativistas	Sim	Feiras, comercialização local e encomendas
Associação Multissetorial dos Empreendedores de Beja (AMSETEB)	Distrito de Beja (ramal)	Pães, maniçoba, doces, licores e outros produtos alimentícios	Sim	Feiras, eventos e comercialização local
Associação de Mulheres Quilombolas Unidas do Rio Arapapuzinho	Comunidade Quilombola Rio Arapapuzinho (ramal)	Alimentos artesanais, bijoias e produtos da sociobiodiversidade	Não	Comercialização direta, feiras e encomendas

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2025). Elaborado pelo autor (2026).

Como é possível visualizar no Quadro 1, em relação aos canais de comercialização, as entrevistas evidenciaram que as associações comercializam seus produtos principalmente em feiras municipais, eventos culturais, encomendas diretas, redes sociais e mercados locais, além de municípios vizinhos. Em três associações (42,9%), os(as) associados(as) acessam individualmente políticas públicas voltadas à comercialização, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

Conforme Schmitz *et al.* (2020), esses programas representam importantes instrumentos para fortalecimento das cadeias da sociobiodiversidade, ao promoverem mercados institucionais capazes de garantir maior estabilidade econômica aos produtores familiares e às organizações comunitárias.

Cabe destacar que, nos termos da legislação brasileira, as associações possuem natureza civil e não têm finalidade lucrativa. Entretanto, podem comercializar produtos por intermédio de políticas públicas e outras formas coletivas de organização, desde que os benefícios econômicos sejam revertidos em favor dos próprios associados (Brasil, 2002).

As potencialidades e os principais desafios relatados pelos representantes dessas organizações são apresentados no Quadro 2.

Quadro 2 – Potencialidades e principais desafios das associações investigadas

Associação	Principais potencialidades	Principais desafios
Associação de Mulheres Quilombolas Raízes do Bacuri	Organização comunitária; protagonismo feminino; valorização da cultura quilombola e dos saberes tradicionais.	Acesso a mercados; regularização de produtos; necessidade de infraestrutura e assistência técnica.
Associação de Mulheres Artesãs Quilombolas do Rio Genipauá (AMQG)	Produção artesanal; fortalecimento da identidade cultural; trabalho coletivo.	Escoamento da produção; acesso a editais e financiamentos; ampliação da comercialização.
Associação dos Artesãos Produtores de Artesanato de Miriti (AAPAM)	Produção de artesanato de miriti; preservação cultural; geração de trabalho e renda.	Custos de produção; ampliação de mercados; fortalecimento da gestão.
Associação Arte Miriti de Abaetetuba (Miritong)	Valorização do artesanato tradicional; organização coletiva; reconhecimento cultural.	Infraestrutura; acesso a crédito; ampliação da comercialização.
Associação dos Agroextrativistas, Pescadores e Artesãos do Pirocaba (ASAPAP)	Diversificação da produção; uso sustentável dos recursos naturais; organização comunitária.	Regularização sanitária; logística de transporte; assistência técnica.

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2025). Elaborado pelo autor (2026).

Como descrito no Quadro 2, a pesquisa revelou que os empreendimentos associativos apresentam importantes potencialidades. Entre os principais pontos fortes mencionados pelos entrevistados destacam-se a valorização dos conhecimentos tradicionais, a preservação da identidade cultural, o protagonismo feminino, a geração de trabalho e renda, a utilização sustentável dos recursos naturais e o fortalecimento das relações comunitárias.

Segundo Sachs (2008), iniciativas coletivas baseadas no uso sustentável dos recursos naturais constituem alternativas importantes para promoção do desenvolvimento sustentável, especialmente em territórios caracterizados por elevada diversidade biológica e cultural.

Além disso, observou-se que algumas associações participaram de cursos e ações de assistência técnica promovidos por instituições como a Emater, o Sebrae, universidades e órgãos municipais, abrangendo, por exemplo, capacitações em gestão de empreendimentos, associativismo, boas práticas de produção, beneficiamento de produtos, comercialização e elaboração de projetos. Conforme Caporal e Costabeber (2004), a assistência técnica e a

extensão rural desempenham papel estratégico na construção de sistemas produtivos mais sustentáveis e na qualificação dos processos de gestão dos empreendimentos rurais.

Apesar das potencialidades identificadas, as entrevistas permitiram evidenciar diversos desafios (Quadro 02) enfrentados pelas associações. Entre os principais gargalos apontados pelos interlocutores destacam-se as dificuldades logísticas para escoamento da produção, a insuficiência de infraestrutura para beneficiamento e armazenamento, a limitação do acesso aos mercados consumidores, a burocracia relacionada aos processos de regularização sanitária e a escassez de assistência técnica continuada.

No caso das associações que trabalham com alimentos processados e bebidas, os entrevistados destacaram ainda as dificuldades para obtenção dos selos de inspeção sanitária, como o Serviço de Inspeção Municipal (SIM), Serviço de Inspeção Estadual (SIE) e Serviço de Inspeção Federal (SIF). Conforme relatado pelos interlocutores, a ausência dessas certificações limita a ampliação dos mercados e dificulta a inserção dos produtos em circuitos mais abrangentes de comercialização.

Resultados semelhantes foram observados por Santos *et al.* (2019), em estudo realizado com empreendimentos comunitários da Amazônia, no qual os autores identificaram que as dificuldades relacionadas à regularização sanitária, infraestrutura e acesso aos mercados representam fatores limitantes para a consolidação das cadeias produtivas da sociobiodiversidade.

Entretanto, mesmo diante dessas limitações, as associações investigadas demonstram significativa capacidade de organização coletiva e resistência territorial. Conforme enfatiza Ostrom (1990), a ação coletiva constitui um elemento fundamental para a gestão sustentável dos recursos comuns e para a construção de estratégias locais de desenvolvimento.

4.3 Cooperativa

Somente a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta), corresponde à tipologia cooperativa identificada entre os treze empreendimentos mapeados. Embora corresponda numericamente a uma pequena parcela (7,7%) da amostra investigada, sua relevância econômica, social e ambiental no contexto da bioeconomia da sociobiodiversidade do município é expressiva, em razão de sua capacidade de agregar valor aos produtos oriundos da biodiversidade amazônica e de articular diferentes atores sociais vinculados às cadeias produtivas locais.

Fundada em 2003, a Cofruta possui sede localizada na área urbana do município de Abaetetuba e apresenta CNPJ ativo. Atualmente, reúne 87 cooperados, constituídos predominantemente por agricultores familiares, extrativistas e produtores rurais provenientes de diferentes comunidades do município e de áreas adjacentes. Segundo informações obtidas durante a pesquisa de campo, a criação da cooperativa esteve associada à necessidade de fortalecer a organização produtiva da agricultura familiar e ampliar as oportunidades de comercialização dos produtos regionais por meio do beneficiamento e da agregação de valor. Essa finalidade está em consonância com a discussão apresentada por Costa *et al.* (2012) acerca da importância do cooperativismo para o fortalecimento da agricultura familiar e da agregação de valor à produção.

Segundo informações obtidas durante a entrevista realizada com o representante da cooperativa, além dos cooperados, a organização conta com trabalhadores vinculados às atividades da agroindústria e com equipe técnica responsável pelo acompanhamento das cadeias produtivas e pela assistência aos produtores parceiros. Essa estrutura organizacional diferencia a cooperativa das associações investigadas, já que esta se configura como um modelo de organização econômica voltado à geração coletiva de renda e à inserção em mercados mais amplos.

A cooperativa dispõe de uma agroindústria estruturada, equipada com câmaras frias, equipamentos para processamento de polpas, sistemas de armazenamento e instalações destinadas à extração e ao acondicionamento de óleos e manteigas vegetais. Esses investimentos permitem agregar valor às matérias-primas provenientes da agricultura familiar e do extrativismo vegetal, ampliando as possibilidades de comercialização dos produtos em diferentes escalas. De acordo com Costa *et al.* (2012), a agroindustrialização representa um dos principais mecanismos de fortalecimento das cadeias produtivas da agricultura familiar, uma vez que possibilita ampliar a renda dos produtores e reduzir a dependência da comercialização de matérias-primas *in natura*.

No âmbito da sociobiodiversidade amazônica, a Cofruta trabalha com diferentes espécies vegetais, destacando-se o açaizeiro (*Euterpe oleracea* Mart.), o cupuaçuzeiro (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum.), o cacaueiro (*Theobroma cacao* L.), o abacaxizeiro (*Ananas comosus* (L.) Merr.), a mangueira (*Mangifera indica* L.), a andirobeira (*Carapa guianensis* Aubl.), o murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.) e o pracaxi (*Pentaclethra macroloba* (Willd.) Kuntze), entre outras espécies nativas e cultivadas na Amazônia.

A diversidade de matérias-primas utilizadas pela cooperativa evidencia a riqueza biológica presente no território e a capacidade dos agricultores e extrativistas em manejar diferentes recursos da floresta. Segundo Homma (2014), a diversificação produtiva constitui uma das principais estratégias para aumentar a resiliência econômica das populações amazônicas e reduzir a pressão sobre recursos específicos, favorecendo sistemas produtivos mais sustentáveis.

Segundo o representante da cooperativa, as polpas produzidas (Figura 10) são destinadas tanto ao mercado convencional quanto a mercados institucionais, sendo comercializadas para diferentes municípios do Pará e para outros estados brasileiros. Os óleos e manteigas vegetais, por sua vez, apresentam maior valor agregado e são destinados principalmente às indústrias cosmética, farmacêutica e alimentícia. Parte significativa da matéria-prima utilizada é proveniente dos próprios cooperados e de produtores familiares parceiros, fortalecendo as cadeias produtivas locais e promovendo a circulação da renda no território. Conforme observado por Kato *et al.* (2021), os produtos da sociobiodiversidade amazônica apresentam elevado potencial competitivo em mercados especializados, especialmente quando associados à organização coletiva dos produtores, ao beneficiamento industrial e à valorização dos territórios e dos conhecimentos tradicionais.

Figura 10 – Polpa de açaí da Cooperativa de Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta).



Fonte: Página do Instagram @cofrutadobrasil.

A Figura 10 ilustra parte da diversidade de produtos beneficiados pela cooperativa, evidenciando sua capacidade de agregar valor aos recursos da biodiversidade amazônica. Como argumenta Homma (2014), o beneficiamento local constitui uma estratégia fundamental para

ampliar a renda dos produtores e reduzir a dependência da comercialização de produtos primários, como parece ser o caso da Cofruta.

A cooperativa desenvolve parcerias com instituições públicas e privadas, além de participar de projetos e iniciativas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e da bioeconomia da sociobiodiversidade. Essas articulações têm possibilitado investimentos em infraestrutura, qualificação técnica e ampliação dos mercados consumidores. Neste contexto, a construção de redes institucionais representa um elemento fundamental para a consolidação das cadeias produtivas amazônicas, sobretudo em regiões onde as limitações logísticas e estruturais constituem obstáculos ao desenvolvimento local (Sablayrolles; Rocha, 2003).

Outro aspecto evidenciado durante as entrevistas refere-se ao investimento contínuo na capacitação dos cooperados e trabalhadores envolvidos nas diferentes etapas do processo produtivo. As atividades de formação abrangem temas relacionados às boas práticas de fabricação, manejo sustentável, organização produtiva e gestão da qualidade. Nessa perspectiva, Caporal e Costabeber (2004), os processos de formação continuada e assistência técnica desempenham papel estratégico na construção de sistemas produtivos mais sustentáveis e na ampliação das capacidades organizativas dos empreendimentos rurais, possibilidades estas que estão sendo ampliadas pela Cofruta a partir das iniciativas de investimento em formações.

Em relação às potencialidades, foram identificadas: a capacidade de agregação de valor aos produtos, a infraestrutura instalada, a diversificação produtiva, a geração de trabalho e renda, o acesso a diferentes mercados e o reconhecimento obtido pela cooperativa em âmbito regional e nacional. Esses resultados reforçam a importância das organizações coletivas para a consolidação da bioeconomia da sociobiodiversidade no território.

Além disso, a atuação da cooperativa evidencia, na prática, princípios fundamentais da bioeconomia da sociobiodiversidade, ao conciliar conservação ambiental, valorização dos conhecimentos tradicionais e geração de benefícios econômicos para as populações locais. Uma vez que, a bioeconomia da sociobiodiversidade pressupõe a construção de cadeias produtivas capazes de transformar a biodiversidade em oportunidades de desenvolvimento sem comprometer a integridade dos ecossistemas e os direitos das populações tradicionais (Costa, 2019).

Entretanto, assim como os demais empreendimentos investigados, a Cofruta enfrenta desafios. Foram mencionadas dificuldades relacionadas aos custos de manutenção da infraestrutura, às exigências legais e sanitárias, à necessidade permanente de qualificação técnica, à dependência de políticas públicas e projetos de fomento e limitações logísticas associadas ao transporte e ao escoamento da produção. Essas dificuldades também foram

observadas por Costa *et al.* (2012), ao analisarem experiências cooperativistas na Amazônia, destacando que os elevados custos operacionais e a necessidade constante de investimentos constituem fatores que condicionam a sustentabilidade dessas organizações.

As principais características da Cofruta, incluindo informações sobre sua constituição, número de cooperados, situação cadastral, produtos comercializados e canais de comercialização, estão apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Caracterização da Cofruta.

Informações	
Nome	Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba (Cofruta)
Ano de fundação	2003
Localização da sede	Área urbana de Abaetetuba (PA)
Natureza jurídica	Cooperativa
Número de cooperados	87
Principais matérias-primas	Açaí (<i>Euterpe oleracea</i> Mart.), cupuaçu (<i>Theobroma grandiflorum</i>), cacau (<i>Theobroma cacao</i> L.), abacaxi (<i>Ananas comosus</i>), manga (<i>Mangifera indica</i> L.), andiroba (<i>Carapa guianensis</i> Aubl.), murumuru (<i>Astrocaryum murumuru</i> Mart.) e pracaxi (<i>Pentaclethra macroloba</i>)
Principais produtos	Polpas de frutas, óleos vegetais e manteigas vegetais
Infraestrutura	Agroindústria, câmaras frias e equipamentos para processamento
Principais mercados	Mercado local, regional e nacional
CNPJ ativo	Sim
Principais potencialidades	Agregação de valor, diversificação produtiva e geração de renda
Principais desafios	Custos operacionais, logística, exigências sanitárias e necessidade de investimentos contínuos

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2025). Elaborado pelo autor (2026).

Dessa forma, os dados apresentados, sintetizados no Quadro 3, evidenciam que a Cooperativa dos Fruticultores de Abaetetuba constitui uma das experiências mais consolidadas de bioeconomia da sociobiodiversidade existentes no município. Sua trajetória demonstra que a organização coletiva, a agregação de valor, a agroindustrialização e a articulação institucional podem contribuir significativamente para a geração de renda e para o fortalecimento das economias locais, em consonância com os princípios da sustentabilidade socioambiental.

4.4 Institutos

Dois (15,4%) dos 13 empreendimentos identificados correspondem à categoria dos institutos, sendo representados pelo Instituto Multicultural Miritis da Amazônia (IMMA) e pelo Instituto Mestre José Raimundo, conhecido localmente como Instituto Liceu. Ambos constituem organizações da sociedade civil que desenvolvem ações voltadas à formação

socioprofissional, à valorização dos conhecimentos tradicionais e ao fortalecimento da economia criativa associada aos recursos da sociobiodiversidade amazônica.

Embora possuam características institucionais distintas das associações e cooperativas, esses institutos desempenham papel relevante na promoção da inclusão produtiva, na qualificação de jovens e adultos e na preservação dos saberes culturais relacionados ao artesanato tradicional de Abaetetuba.

Segundo Sachs (2008), o desenvolvimento sustentável deve ser compreendido como um processo que articula dimensões econômicas, sociais, culturais e ambientais, possibilitando que os recursos locais sejam transformados em oportunidades de geração de renda e fortalecimento das identidades territoriais. Neste sentido, ambos os institutos atuam por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, desenvolvendo projetos voltados para a capacitação de artesãos, agricultores, jovens e mulheres, promovendo alternativas sustentáveis de trabalho e renda. Essas iniciativas contribuem para a valorização do patrimônio cultural e para a ampliação das oportunidades econômicas associadas aos produtos da sociobiodiversidade.

No conjunto da amostra, os institutos representam experiências voltadas principalmente para a economia criativa, utilizando matérias-primas oriundas dos ecossistemas amazônicos e conhecimentos tradicionais acumulados ao longo de gerações, os quais constituem, segundo Diegues (2000) e Berkes (2018), importantes mecanismos de conservação da biodiversidade e de fortalecimento das identidades culturais dos povos e comunidades tradicionais.

Na sequência são apresentados os institutos e suas características.

4.4.1 Instituto Multicultural Miritis da Amazônia (IMMA)

O Instituto Multicultural Miritis da Amazônia (IMMA) constitui uma organização voltada à valorização do artesanato tradicional em miriti, reconhecido como uma das principais expressões culturais do município de Abaetetuba. A instituição desenvolve projetos de formação e qualificação profissional destinados principalmente a jovens e adultos, contribuindo para a transmissão intergeracional dos conhecimentos relacionados ao manejo, beneficiamento e transformação da “bucha” de miriti em peças artesanais.

A matéria-prima utilizada nos processos produtivos é proveniente do miritizeiro, espécie característica das áreas de várzea amazônicas e amplamente utilizada na produção dos tradicionais brinquedos de miriti. À luz de Shanley e Medina (2005), os produtos florestais não madeireiros apresentam elevada importância econômica e cultural para as populações amazônicas, constituindo alternativas sustentáveis de uso da biodiversidade.

Além da fabricação dos brinquedos, os cursos ofertados pelo instituto abrangem técnicas de corte, pintura, acabamento e comercialização das peças artesanais, possibilitando aos participantes ampliar suas oportunidades de geração de renda. As atividades são desenvolvidas em parceria com instituições públicas e privadas, como a Prefeitura Municipal de Abaetetuba, o Sebrae, universidades e outras organizações apoiadoras, que oferecem apoio financeiro, infraestrutura e suporte técnico para a realização das capacitações.

Essa atuação contribui para a manutenção de um patrimônio cultural que ultrapassa os limites do município. Os brinquedos de miriti constituem um dos principais símbolos do Círio de Nazaré e representam importante elemento identitário da cultura paraense. Reforça-se, assim, o que observam Silva e Barbosa (2020), ao analisarem que o artesanato tradicional amazônico desempenha funções econômicas e culturais simultaneamente, promovendo geração de renda e fortalecimento das identidades locais. Alguns dos produtos confeccionados pelo IMMA podem ser observados na Figura 11.

Figura 11 - Produtos do IMMA.



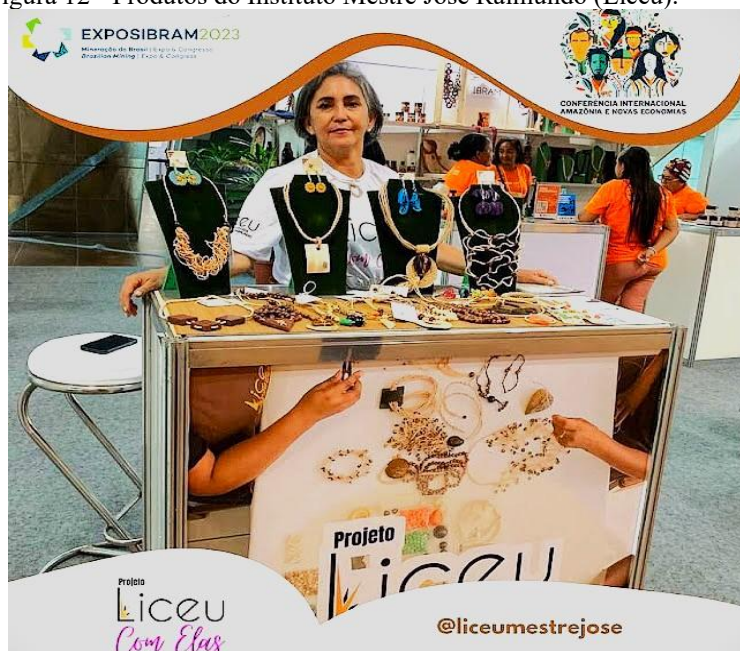
Fonte: Pesquisa de campo (2025). Foto: Elionai Ferreira Vilhena

Outro aspecto evidenciado durante a pesquisa refere-se ao papel social desempenhado pelo instituto. As atividades desenvolvidas favorecem a inclusão produtiva de jovens e adultos, além de contribuírem para a continuidade dos conhecimentos tradicionais associados ao artesanato em miriti. Tal panorama pode ser explicado a partir de Freire (2005), para o qual os processos educativos fundamentados na realidade social e cultural dos sujeitos fortalecem a autonomia e a construção coletiva do conhecimento.

4.4.2 Instituto Mestre José Raimundo (Instituto Liceu)

O Instituto Mestre José Raimundo, conhecido como Instituto Liceu, representa outra experiência identificada durante a pesquisa. Sua atuação está voltada principalmente para a produção de biojoias e para a formação socioprofissional de jovens e adultos, utilizando matérias-primas também oriundas da biodiversidade amazônica, como ilustrado na Figura 12.

Figura 12 - Produtos do Instituto Mestre José Raimundo (Liceu).



Fonte: Página do Instagram @liceumestrejose.

As biojoias produzidas pelo instituto são confeccionadas a partir do aproveitamento sustentável de sementes, fibras vegetais, madeiras e outros recursos naturais, agregando valor econômico a materiais tradicionalmente utilizados pelas populações amazônicas. Essa iniciativa está diretamente vinculada à bioeconomia da sociobiodiversidade, uma vez que associa o uso sustentável dos recursos naturais à valorização dos conhecimentos tradicionais e à geração de benefícios econômicos para as comunidades locais (Costa, 2019).

As ações desenvolvidas pelo instituto são executadas por meio de parcerias com órgãos públicos, organizações da sociedade civil e instituições privadas, possibilitando a realização de cursos, oficinas e projetos de capacitação. Essas iniciativas têm favorecido a inserção produtiva de pessoas em situação de vulnerabilidade social e contribuído para o fortalecimento da economia criativa no município.

Os resultados obtidos nesta pesquisa evidenciam que o aproveitamento de sementes e fibras vegetais permite agregar valor aos recursos da biodiversidade e ampliar as oportunidades

de geração de trabalho e renda para os participantes das atividades desenvolvidas pelo instituto. Essa realidade dialoga com Abramovay *et al.* (2013), ao evidenciarem que os sistemas produtivos baseados na biodiversidade podem conciliar conservação ambiental e desenvolvimento econômico quando estruturados sob princípios de sustentabilidade.

De acordo com os dados obtidos, resumidos no Quadro 4, os institutos apresentam como principais potencialidades a valorização dos conhecimentos tradicionais, a formação profissional, a inclusão produtiva, a geração de renda e a preservação da cultura local. Essas características demonstram que tais organizações exercem papel relevante no fortalecimento da bioeconomia da sociobiodiversidade em Abaetetuba.

Quadro 4 – Caracterização dos institutos identificados na pesquisa

Características	Instituto Multicultural Miritis da Amazônia (IMMA)	Instituto Mestre José Raimundo (Liceu)
Natureza jurídica	Instituto	Instituto
Área de atuação	Artesanato em miriti	Produção de biojoias
Matéria-prima principal	Miriti (<i>Mauritia flexuosa</i> L.f.)	Sementes, fibras e recursos da sociobiodiversidade
Público atendido	Jovens e adultos	Jovens e adultos
Principais atividades	Cursos, oficinas e capacitações	Cursos, oficinas e capacitações
Parcerias	Instituições públicas e privadas	Instituições públicas e privadas
Principais potencialidades	Valorização cultural, geração de renda e preservação dos saberes tradicionais	Inclusão produtiva, economia criativa e valorização da biodiversidade
Principais desafios	Captação de recursos e continuidade das ações	Captação de recursos e fortalecimento das parcerias

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2025). Elaborado pelo autor (2026).

Por outro lado, e como apresentado no Quadro 02, os entrevistados apontaram desafios relacionados à captação de recursos financeiros, à manutenção das atividades, à necessidade de ampliação das parcerias institucionais e à continuidade dos projetos de formação. Tais limitações são frequentemente observadas em organizações comunitárias e do terceiro setor, especialmente em contextos amazônicos, nos quais a dependência de editais e políticas públicas constitui um fator determinante para a sustentabilidade das ações desenvolvidas (Sachs, 2008).

4.5 Empreendimentos Familiares e Individuais

Entre os 13 empreendimentos diagnosticados, três (23,1%) correspondem a empreendimentos familiares e/ou individuais. Essas iniciativas caracterizam-se pela gestão realizada pelos próprios proprietários e seus familiares, apresentando forte relação com os

conhecimentos tradicionais, a diversificação produtiva e a utilização sustentável dos recursos da sociobiodiversidade amazônica.

Para Schneider (2003), os empreendimentos familiares constituem importantes estratégias de reprodução social e econômica no meio rural, uma vez que articulam trabalho, conhecimento tradicional e aproveitamento dos recursos locais. No contexto amazônico, essas iniciativas desempenham papel relevante na conservação da biodiversidade e na valorização dos produtos regionais, contribuindo para a construção de modelos de desenvolvimento mais sustentáveis (Costa, 2019).

Os três empreendimentos identificados apresentam características distintas, abrangendo atividades relacionadas à produção de alimentos artesanais, ao ecoturismo e ao processamento de produtos da biodiversidade amazônica. Apesar das diferenças em relação à escala de produção e aos mercados acessados, todos possuem em comum a valorização dos recursos naturais e dos conhecimentos associados às atividades desenvolvidas em seus processos produtivos, conforme será apresentado nas seções seguintes, nas quais esses empreendimentos são caracterizados.

Conforme evidenciado nas entrevistas, os empreendimentos individuais e familiares representam alternativas importantes de geração de trabalho e renda, especialmente em áreas rurais e ribeirinhas, onde as oportunidades formais de emprego são mais restritas. Além disso, essas iniciativas contribuem para fortalecer os circuitos curtos de comercialização, aproximando produtores e consumidores e favorecendo a circulação de recursos financeiros no próprio território.

As principais características dos empreendimentos familiares e/ou individuais identificados nesta pesquisa são apresentadas no Quadro 5.

Quadro 5 – Caracterização dos empreendimentos familiares e/ou individuais identificados na pesquisa

Características	Inajá BioSus	100% Amazônia	Ecosítio Paramajó
Natureza do empreendimento	Familiar	Individual/empresarial	Familiar
Localização	Abaetetuba (PA)	Abaetetuba (PA)	Região insular do rio Paramajó
Principais atividades	Produção de alimentos artesanais	Produção de polpas, óleos e manteigas vegetais	Ecoturismo
Principais matérias-primas	Frutas e produtos regionais	Espécies da biodiversidade amazônica	Recursos naturais da região
Canais de comercialização	Feiras e venda direta	Mercado nacional e internacional	Turismo mediante agendamento
Potencialidades	Diversificação produtiva e agregação de valor	Inserção em mercados especializados	Turismo de natureza e valorização cultural
Principais desafios	Regularização e comercialização	Logística e certificações	Infraestrutura e divulgação

Fonte: Dados da pesquisa de campo (2025). Elaborado pelo autor (2026).

As informações nele sintetizadas serão detalhadas nas subseções seguintes, dedicadas à caracterização de cada empreendimento.

4.5.1 Inajá - Biodiversidade e Sustentabilidade da Amazônia (Inajá BioSus)

Entre os empreendimentos familiares identificados, destaca-se a Inajá - Biodiversidade e Sustentabilidade da Amazônia (Inajá BioSus), iniciativa conduzida por uma família (casal) que atua na produção de alimentos naturais e artesanais a partir de matérias-primas oriundas da sociobiodiversidade amazônica.

O empreendimento possui uma agroindústria conhecida localmente como “Fábrica do Zelídio”, onde são produzidos diversos alimentos derivados de espécies vegetais da região. Entre os principais produtos elaborados destacam-se farinhas artesanais (Figura 13), geleias, polpas de frutas, sorvetes, brigadeiros, cocadas, biscoitos, molhos, licores, cachaças, paçocas, maioneses e outros alimentos preparados com ingredientes regionais. Essa diversidade produtiva evidencia a capacidade de agregação de valor às matérias-primas locais, característica considerada fundamental para o fortalecimento da bioeconomia da sociobiodiversidade.

Figura 13 - Farinhas da Inajá - Biodiversidade e Sustentabilidade da Amazônia.



Fonte: Pesquisa de campo (2025). Fonte: Jessica Pureza Lobato.

Para Homma (2014) e Costa (2019), a transformação dos recursos da biodiversidade em produtos de maior valor agregado constitui uma estratégia importante para promover a geração de renda e reduzir a dependência da comercialização de produtos *in natura*. Além do aspecto econômico, o empreendimento também contribui para a valorização da cultura alimentar amazônica, preservando receitas tradicionais e estimulando o consumo de produtos regionais. Sobre isso, Poulain (2013) reflete que os hábitos alimentares constituem elementos

fundamentais da identidade cultural e representam importantes expressões dos modos de vida das populações.

Os dados obtidos durante as entrevistas revelaram ainda que a comercialização ocorre principalmente por meio de feiras, encomendas e venda direta aos consumidores, caracterizando circuitos curtos de comercialização. De acordo com Schneider e Gazolla (2017), esses canais favorecem maior aproximação entre produtores e consumidores, fortalecendo as economias locais e ampliando a autonomia dos agricultores familiares.

Entre as principais potencialidades identificadas encontram-se a diversidade de produtos, a valorização dos recursos locais, a agregação de valor às matérias-primas e a inserção em mercados locais. Entretanto, os entrevistados destacaram dificuldades relacionadas ao acesso a investimentos, às exigências sanitárias e à necessidade de ampliar os canais de comercialização.

4.5.2 100% Amazônia

Outro empreendimento identificado durante a pesquisa foi a empresa 100% Amazônia, cuja atuação está voltada ao processamento e comercialização de produtos derivados da biodiversidade amazônica. Diferentemente dos empreendimentos familiares identificados, a empresa apresenta maior inserção em mercados externos e desenvolve atividades voltadas à agregação de valor às matérias-primas provenientes da floresta.

Seu trabalho está voltado, principalmente, a produção de polpas, óleos (Figura 14) e manteigas vegetais obtidos a partir de espécies nativas da Amazônia, como açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), cupuaçu (*Theobroma grandiflorum* (Willd. ex Spreng.) K. Schum.), murumuru (*Astrocaryum murumuru* Mart.), andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e pracaxi (*Pentaclethra macroloba* (Willd.) Kuntze). A utilização dessas espécies demonstra o potencial da biodiversidade amazônica para a produção de insumos destinados às indústrias alimentícia, cosmética e farmacêutica.

Figura 14 - Produtos da empresa 100% Amazônia.



Fonte: Página do Instagram @100amazonia.

A empresa adquire parte da matéria-prima junto a produtores rurais e extrativistas, contribuindo para a geração de renda em comunidades locais. Essa articulação entre produtores, fornecedores e empresa evidencia o papel que empreendimentos orientados por princípios de sustentabilidade podem desempenhar no aproveitamento dos produtos da sociobiodiversidade, ao fortalecer cadeias produtivas locais, dinamizar a economia regional e favorecer processos de desenvolvimento territorial por meio da agregação de valor aos recursos da biodiversidade.

Outro aspecto evidenciado durante as entrevistas refere-se ao alcance dos mercados consumidores. Segundo os interlocutores da empresa, os produtos são comercializados tanto no mercado nacional quanto internacional, demonstrando a capacidade de inserção das cadeias produtivas da sociobiodiversidade amazônica em mercados mais amplos.

A empresa adquire parte da matéria-prima junto a produtores rurais e extrativistas, contribuindo para a geração de renda em comunidades locais. Essa articulação entre produtores, fornecedores e empresa evidencia o papel que empreendimentos orientados por princípios de sustentabilidade podem desempenhar no aproveitamento dos produtos da sociobiodiversidade, ao fortalecer cadeias produtivas locais, dinamizar a economia regional e favorecer processos de desenvolvimento territorial, aspecto que dialoga com as reflexões de Abramovay *et al.* (2013) sobre o potencial da biodiversidade como base para estratégias de desenvolvimento sustentável.

Entre as principais potencialidades identificadas destacam-se a agregação de valor aos produtos, a diversificação produtiva e a inserção em mercados especializados. Por outro lado, os entrevistados apontaram como desafios a logística, os custos de produção e as exigências relacionadas à regularização e certificação dos produtos.

4.5.3 Ecosítio Paramajó

O Ecosítio Paramajó está localizado na região insular do município de Abaetetuba na região do rio Paramajó, a aproximadamente a cinco quilômetros da sede municipal. A localização em área insular constitui um dos elementos que conferem singularidade às experiências ofertadas aos visitantes. Trata-se de uma iniciativa familiar voltada ao ecoturismo e à valorização dos recursos naturais e culturais existentes no território. O empreendimento é administrado por uma família (casal) e oferece atividades relacionadas ao turismo de natureza, incluindo trilhas interpretativas, visitas guiadas e experiências voltadas ao contato com os ambientes naturais da região.

Como aborda Irving (2009), o ecoturismo pode ser compreendido como uma atividade capaz de conciliar conservação ambiental, valorização cultural e geração de benefícios econômicos para as comunidades locais. Quando desenvolvido de forma planejada e participativa, constitui importante instrumento para o desenvolvimento sustentável.

E, um exemplo do descrito pela autora acima a partir das trilhas (Figura 15) realizadas no empreendimento são que estas possuem número limitado de visitantes e são conduzidas pelos próprios proprietários, que atuam como guias e responsáveis pela recepção dos turistas. Segundo os entrevistados, esse modelo permite oferecer experiências mais seguras e favorecer a sensibilização ambiental dos visitantes e, desta forma sendo realizada de forma responsável constituindo-se importante instrumento do desenvolvimento sustentável local.

Figura 15 – Registro da pesquisa de campo na entrada da Trilha das Gigantes do Ecosítio Paramajó.



Fonte: Pesquisa de campo (2025). Foto: Eliêno Ferreira Vilhena.

Além das atividades turísticas, o empreendimento promove a valorização da culinária regional por meio da oferta de refeições típicas preparadas com ingredientes produzidos na própria região, bem como dos conhecimentos tradicionais associados aos ambientes de várzea, compartilhados com os visitantes durante as atividades desenvolvidas no local, fortalecendo a identidade cultural local.

Entre as principais potencialidades identificadas destacam-se a beleza cênica da região, a valorização dos recursos naturais e a crescente procura por atividades ligadas ao turismo de natureza. Em contrapartida, os entrevistados mencionaram dificuldades relacionadas à divulgação, à infraestrutura e à necessidade de investimentos para ampliação das atividades.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da pesquisa de campo, foram identificados 13 empreendimentos vinculados à bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Abaetetuba, distribuídos nas tipologias organizacionais: associações, cooperativa, institutos e empreendimentos familiares e individuais. Essa diversidade evidencia que a bioeconomia da sociobiodiversidade em Abaetetuba não se manifesta por meio de uma única forma de organização, mas por diferentes arranjos produtivos que articulam conhecimentos tradicionais, recursos naturais e estratégias econômicas voltadas à geração de trabalho e renda.

Os resultados demonstraram que as associações constituem a principal forma organizativa encontrada, representando 53,8% da amostra, seguidas pelos empreendimentos familiares e/ou individuais, correspondentes a 23,1%, pelos institutos, com 15,4%, e pela cooperativa, representando 7,7% dos empreendimentos investigados. Esses resultados evidenciam a importância das formas coletivas de organização social na dinâmica econômica local, aspecto frequentemente observado em territórios caracterizados pela presença da agricultura familiar, do agroextrativismo e dos povos e comunidades tradicionais.

Assim, foi possível constatar a expressiva participação feminina nos empreendimentos estudados, uma vez que 61,5% das iniciativas possuem mulheres ocupando posições de liderança ou representação institucional. Esse resultado demonstra a importância das mulheres nos processos produtivos, na gestão dos empreendimentos e na manutenção das redes de solidariedade e organização comunitária, reforçando o papel do protagonismo feminino na construção de estratégias de desenvolvimento local e na valorização dos conhecimentos tradicionais.

A pesquisa revelou, ainda, que os empreendimentos da bioeconomia da sociobiodiversidade em Abaetetuba apresentam elevada diversidade de produtos e serviços. Foram identificadas atividades relacionadas à produção de alimentos artesanais, polpas de frutas, óleos e manteigas vegetais, biojoias, artesanato em miriti, serviços de ecoturismo e outros produtos associados à biodiversidade amazônica. Essa diversidade produtiva demonstra o potencial dos recursos da sociobiodiversidade como base para a geração de renda, agregação de valor e fortalecimento das economias locais.

Além da dimensão econômica, os resultados evidenciaram que os empreendimentos desempenham importante função social e cultural, contribuindo para a valorização dos conhecimentos tradicionais, para a preservação das identidades locais e para a permanência das populações em seus territórios. Entretanto, a pesquisa revelou desafios que podem comprometer

a continuidade dessas iniciativas, especialmente nos empreendimentos familiares, nos quais foram identificadas incertezas relacionadas aos processos de sucessão geracional e ao reduzido interesse de parte das novas gerações em dar continuidade às atividades produtivas desenvolvidas pelas famílias. Nesse sentido, verificou-se que a bioeconomia da sociobiodiversidade, quando associada às formas coletivas de organização, ao uso dos recursos naturais e a políticas públicas voltadas ao fortalecimento e à renovação dessas iniciativas, constitui uma alternativa capaz de conciliar conservação ambiental, inclusão social, eficiência econômica, bases do desenvolvimento sustentável local.

No que se refere às potencialidades identificadas, destacaram-se a diversificação produtiva, a agregação de valor às matérias-primas regionais, a valorização dos conhecimentos tradicionais, a geração de trabalho e renda, o protagonismo feminino e a crescente inserção de alguns empreendimentos em mercados regionais, nacionais e, em determinados casos, internacionais. Esses aspectos demonstram que a sociobiodiversidade amazônica representa um importante ativo para o desenvolvimento territorial sustentável e para a construção de modelos econômicos mais compatíveis com as especificidades ambientais e socioculturais da região.

Por outro lado, a pesquisa evidenciou a existência de limitações e desafios que ainda dificultam a consolidação dessas iniciativas. Entre os principais gargalos identificados pelos interlocutores destacam-se as dificuldades logísticas, a insuficiência de infraestrutura para beneficiamento e armazenamento dos produtos, a necessidade de maior acesso à assistência técnica e extensão rural, as exigências relacionadas à regularização ambiental e sanitária, as limitações no acesso a mercados consumidores e a dependência de políticas públicas e projetos de fomento para a manutenção e expansão das atividades.

Outro aspecto relevante observado refere-se à importância das políticas públicas voltadas à agricultura familiar, ao agroextrativismo e à sociobiodiversidade. Os resultados evidenciaram que programas como o PNAE e o PAA, além das ações de assistência técnica e extensão rural, representam instrumentos importantes para fortalecer os empreendimentos e ampliar as oportunidades de comercialização dos produtos da sociobiodiversidade. Dessa forma, a continuidade e ampliação dessas políticas tornam-se fundamentais para a consolidação das cadeias produtivas existentes no município.

Os resultados obtidos permitem afirmar que Abaetetuba apresenta condições favoráveis para o fortalecimento da bioeconomia da sociobiodiversidade, uma vez que reúne significativa diversidade biológica, riqueza sociocultural e presença de populações detentoras de conhecimentos tradicionais associados ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais. Entretanto, para que esse potencial seja plenamente aproveitado, torna-se necessário ampliar os

investimentos em infraestrutura, qualificação profissional, assistência técnica, regularização dos empreendimentos e fortalecimento das redes de comercialização.

É importante destacar que esta pesquisa não esgota as discussões acerca da temática. O diagnóstico realizado contemplou 13 empreendimentos, correspondendo à amostra efetivamente investigada durante a vigência do projeto de pesquisa que resultou neste trabalho. Assim, outros empreendimentos identificados inicialmente e que não puderam ser incluídos nesta etapa do estudo constituem possibilidades para futuras investigações, permitindo ampliar o conhecimento sobre a dinâmica da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Abaetetuba.

Por fim, conclui-se que os empreendimentos diagnosticados representam experiências concretas de utilização sustentável da biodiversidade amazônica, demonstrando que a articulação entre conhecimentos tradicionais, organização social e conservação ambiental pode contribuir para a construção de estratégias de desenvolvimento territorial mais justas, inclusivas e sustentáveis. Dessa forma, a bioeconomia da sociobiodiversidade apresenta-se não apenas como uma alternativa econômica, mas como uma possibilidade de fortalecimento das populações locais e de valorização dos modos de vida que historicamente contribuem para a conservação da sociobiodiversidade amazônica.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* *Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. São Paulo: Editora Elefante, 2022.
- ABRAMOVAY, Ricardo *et al.* *Inovações para o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora SENAC, 2013.
- ABRAMOVAY, Ricardo. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2007.
- ACOSTA, Alberto. *O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. São Paulo: Autonomia Literária, 2016.
- ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). ACI fala sobre igualdade e empoderamento. Bruxelas: ACI, 2020. Disponível em: <https://www.sicoobexecutivo.com.br/ns/>. Acesso em: 29 jul. 2026.
- BERKES, Fikret. *Sacred ecology*. 4. ed. New York: Routledge, 2018.
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016.
- BRASIL. Decreto nº 12.044, de 5 de junho de 2024. Institui a Estratégia Nacional de Bioeconomia e a Comissão Nacional de Bioeconomia. *Diário Oficial da União: seção 1*, Brasília, DF, 2024. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12044.htm. Acesso em: 19 jun. 2026.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.economia.gov.br/bitstream/123456789/1024/1/Plano%20Sociobiodiversidade.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2025.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Política Nacional da Biodiversidade*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2002. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/chm/_arquivos/dec4339.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.
- BRONDÍZIO, Eduardo; SIQUEIRA, Andrea. From extractivists to forest farmers: changing concepts of caboclo agroforestry in the Amazon estuary. *Research in Economic Anthropology*, v. 18, p. 233-279, 1997.
- BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (org.). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

BUGGE, Markus; HANSEN, Teis; KLITKOU, Antje. What is the bioeconomy? A review of the literature. *Sustainability*, v. 8, n. 7, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su8070691>. Acesso em: 13 de jun. 2026.

CAPORAL, Francisco; COSTABEBER, José. *Agroecologia e extensão rural: contribuições para a promoção do desenvolvimento rural sustentável*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário; Secretaria da Agricultura Familiar, 2004.

CARAYANNIS, Elias.; CAMPBELL, David. Triple Helix, Quadruple Helix and Quintuple Helix and how do knowledge, innovation and the environment relate to each other? *International Journal of Social Ecology and Sustainable Development*, v. 1, n. 1, p. 41-69, 2010.

CHIZZOTTI, Antônio. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

COSTA, Francisco *et al.* Mercado de terras e trajetórias tecnológicas na Amazônia. *Economia e Sociedade*, v. 2, p. 245-273, 2012.

COSTA, Francisco. *Bioeconomia e desenvolvimento sustentável no Brasil: oportunidades e desafios*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2019.

COSTA, Francisco; FERNANDES, Danilo. *Dinâmica agrária, instituições e governança territorial para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. Revista de Economia Contemporânea, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, p. 517-552, 2016. Disponível em: 10.1590/198055272036. Acesso em: 29 de julho de 2026.

DIEGUES, Antonio. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Hucitec, 2000.

ENRÍQUEZ, Gonzalo. *Amazônia: rede de inovação de dermocosméticos*. Belém: Federação das Indústrias do Estado do Pará, 2010.

EULER, Ana *et al.* *Bioeconomia da sociobiodiversidade: valorização dos saberes tradicionais e sustentabilidade na Amazônia*. Brasília, DF: Embrapa, 2024. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1167697>. Acesso em: 19 jun. 2026.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 32. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. *Certidões expedidas às comunidades remanescentes de quilombos*. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-ao-patrimonio-afro-brasileiro/certificacao-quilombola/certidoes-expedidas>. Acesso em: 19 jun. 2026.

GAIGER, Luiz. *Sentido do trabalho no cooperativismo de trabalhadores: entre o capital e o projeto solidário*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

GEBARA, Ivone. *Cultura e Relações de Gênero*. São Paulo: CEPIS, 2002. Disponível em: [Cultura e Relações de Gênero – Instituto Sedes Sapientiae](#). Acesso em: 29 de jul. 2026.

GIL, Antônio. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HOMMA, Alfredo. *Extrativismo vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação*. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

IBGE. *Cidades e Estados: Abaetetuba*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/abaetetuba/panorama>. Acesso em: 18 jul. 2025.

IPAM - INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. *Bioeconomia da Pan-Amazônia: caminhos para uma transição sustentável e inclusiva*. Brasília, DF: IPAM, 2024. Disponível em: https://ipam.org.br/wp-content/uploads/2024/09/Bioeconomia-da-Pan-Amazonia_Caminhos-para-uma-transicao-sustentavel-e-inclusiva.pdf. Acesso em: 19 jun. 2026.

IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). *Mapeamento da Economia Solidária no Brasil: Análise das Dimensões Socioestruturais*. Relatório de Pesquisa, 2016. Disponível em: <https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 29 de jul. 2026.

IRVING, Marta. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, Roberto *et al.* (org.). *Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

KATO, Danilo *et al.* *Educación ambiental desde culturas y territorios en conflictos socioambientales en América Latina*. *Praxis & Saber*, v. 12, n. 28, p. 1-8, 2021.

LAKATOS, Eva; MARCONI, Marina. *Metodologia científica*. 9. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LASSO, Alejandro *et al.* Bioeconomia e sociobiodiversidade na perspectiva agroecológica para o Bem Viver. *Revista Brasileira de Agroecologia*, Brasília, v. 18, n. 1, p. 129-150, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.33240/rba.v18i1.23741>. Acesso em: 23 mai. 2026.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Petrópolis: Vozes, 2006.

LEFF, Enrique. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MINAYO, Maria. Que Deus de Souza. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 13. ed. São Paulo: Hucitec, 2012.

MT/SENAES. Painel e Dados da Economia Popular e Solidária. Ministério do Trabalho e Emprego, 2024-2025.

OSTROM, Elinor. *Governing the Commons: The Evolution of Institutions for Collective Action*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PARÁ. Decreto nº 2.746, de 9 de novembro de 2022. Institui o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio) e cria o Comitê Executivo do Plano. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, 10 nov. 2022.

PARÁ. Governo do Estado. Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA. Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Pará – ZEE-PA. Belém: SEMA, 2010.

PAULILO, Maria. *Mulheres rurais: quatro décadas de diálogo*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2016.

POULAIN, Jean-Pierre. *Sociologias da alimentação*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2013.

SABLAYROLLES, Philippe; ROCHA, Cláudio. *Desenvolvimento sustentável da Amazônia: experiências de cooperação e redes institucionais*. Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 2003.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Albenita. *A educação ambiental como apoio ao manuseio e tratamento dos resíduos sólidos em comunidades ribeirinhas: estudo de caso em Abaetetuba-PA*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

SANTOS, Mariana *et al.* Sociobiodiversidade e Agroecologia da Amazônia: resultados do Projeto Mercados Verdes e Consumo Sustentável. Belém: IPAM Amazônia/GIZ/Eco Consult, 2019.

SCHMITZ, Heribert *et al.* Desenvolvimento sustentável e bioeconomia. *Desenvolvimento em Debate*, v. 8, n. 1, p. 33-52, 2020.

SCHNEIDER, Sergio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-122, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; GAZOLLA, Marcio (org.). *Cadeias curtas e redes agroalimentares alternativas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

SEMAS - SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE. *Plano Estadual de Bioeconomia do Pará (PlanBio Pará)*. Belém: SEMAS, 2024. Disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2024/09/25/plano-estadual-de-bioeconomia-do-para-planbio/>. Acesso em: 19 jun. 2026.

SHANLEY, Patrícia; MEDINA, Gabriel (org.). *Frutíferas e plantas úteis na vida amazônica*. Belém: CIFOR; Imazon, 2005.

SILIPRANDI, Emma. *Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Agroecologia, 2015.

SILVA, Aline; BARBOSA, Cláudia. *Educação ambiental crítica: práticas e reflexões em contextos escolares*. Campinas: Papirus, 2020.

SILVA, Giovane. *Os modos de ver e viver: a violência e as sociabilidades comunicativas dos moradores das ilhas de Abaetetuba-PA*. 2022. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2022.

SINGER, Paul. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

SISTEMA OCB. *Anuário do Cooperativismo Brasileiro*. Organização das Cooperativas Brasileiras, edições 2023–2026.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/tematicas.v22i44.10977>. Acesso em: 10 de jun. 2026.

WANDERLEY, Maria. *O mundo rural como espaço de vida: reflexões sobre propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

WRI BRASIL. *Bioeconomia pode impulsionar crescimento e empregos na Amazônia*. São Paulo: WRI Brasil, 2025. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/bioeconomia-pode-impulsionar-crescimento-e-empregos-na-amazonia>. Acesso em: 18 jul. 2025.

APÊNDICES

APÊNDICE A - FORMULÁRIO ESTRUTURADO PARA COLETA DE DADOS



UFPA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO (PROPESP) PROGRAMA DE APOIO AO DOUTOR PESQUISADOR (PRODOUTOR) SUBPROGRAMA APOIO AO RECÉM-DOUTOR (PARD)

CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA

FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO PROJETO DIAGNÓSTICO DA BIOECONOMIA DA SOCIOBIODIVERSIDADE NO MUNICÍPIO DE ABAETETUBA – PARÁ COORDENAÇÃO: PROF. ROBERTA ROWSY AMORIM DE CASTRO BOLSISTA: ELIONAI FERREIRA VILHENA

FORMULÁRIO DE PESQUISA

1 DADOS SOCIOECONÔMICOS DO EMPREENDIMENTO E DO(S)/DA(S) EMPREENDEDORES(AS)

1.1 Nome

1.2 Sexo M () F ()

1.3 Idade __ anos

1.4 Estado civil

1.5 Cor/raça

1.6 Cidade e estado de nascimento

1.7 Escolaridade

1.8 E-mail

1.9 Telefone ()

1.10 Data __ / __ / __

1.11 O empreendimento possui CNPJ?

() Não

() Sim

1.11.1 Se sim, qual o nº do CNPJ?

1.11.2 Se sim, qual o nome jurídico do empreendimento (que consta no CNPJ)?

1.11.3 Se sim, qual o nome fantasia do empreendimento?

1.12 Endereço do empreendimento/localidade/comunidade

1.13 Qual a função no empreendimento?

1.14 Qual o tipo de empreendimento?

- ☐ Individual
- ☐ Familiar
- ☐ Associação
- ☐ Cooperativa
- ☐ Grupo/coletivo não formalizado
- ☐ Outro

1.15 Quantas pessoas compõem e trabalham no empreendimento?

Individual: __ pessoas

Familiar: __ pessoas

Associação: __ pessoas

Cooperativa: __ pessoas

Grupo/coletivo não formalizado: __ pessoas

Outro: __ pessoas

1.16 O empreendimento possui ativo(a)?

- ☐ CAF UFPA¹
- ☐ CAF Jurídico²
- ☐ DAP
- ☐ DAP Jurídica
- ☐ Outro(a)

1.17 No caso do/a entrevistado/a compor parte de um grupo, associação ou

cooperativa, perguntar se ele/a comercializa também produtos de forma individual e identificar se há produtos que comercializa somente de forma individual e somente junto ao grupo, associação ou cooperativa. Listar abaixo.

Comercializados a partir do coletivo:

Comercializados de forma individual:

¹ Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) da Unidade Familiar de Produção Agrária (UFPA).

² Para Empreendimentos Familiares Rurais e formas associativas da agricultura familiar (cooperativas e associações rurais).

2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EMPREENDIMENTO E DE SEUS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS

2.1 Quando o empreendimento foi fundado/aberto?

Ano de abertura/fundação:

2.1.1 O que levou a começar o empreendimento?

2.1.2 Você e/ou as demais pessoas que atuam no empreendimento já fizeram cursos específicos relacionados a boas práticas de produção/coleta/extração, manejo e beneficiamento dos produtos manejados e comercializados pelo empreendimento?

☐ Não

2.1.3 Se não, por quê? Justifique.

☐ Sim

2.1.4 Se sim, quais cursos, quem ou qual instituição ofertou?

1:

2:

3:

4:

5:

2.2 Que tipo de atividades o empreendimento dispõe em termos de oferta de serviços (ex.: turismo de base comunitária, restaurante, hotelaria etc.) e/ou produtos (ex.: alimentícios, cosméticos, artesanais, óleos etc.) da sociobiodiversidade?

Produtos:

Serviços:

2.3 O empreendimento está formalizado, isto é, possui licenças (licenciamento ambiental: licença prévia, licença de instalação e licença de operação, licenças sanitárias), autorizações, alvarás e outros documentos necessários para funcionamento (bombeiros, prefeitura, outorga de água etc.)?

☐ Sim

Listar todos os documentos que dispõe.

☐ Não

Explique as motivações e/ou dificuldades para a formalização/obtenção das licenças e autorizações.

2.4 No caso de empreendimentos que trabalham com a comercialização de produtos da sociobiodiversidade, estes possuem selos?

☐ Sim

2.4.1 Se sim, quais?

☐ SIM

☐ SIE

☐ SIF

☐ SISBI³

Produto Orgânico

☐ SisOrg⁴

☐ IBD⁵

☐ SVG⁶

☐ Outro

☐ SENAF⁷ da Agricultura Familiar

☐ SENAF Mulher

☐ SENAF Juventude

☐ SENAF Quilombola

☐ SENAF Indígena

☐ SENAF Sociobiodiversidade

☐ SENAF Empresas

☐ Outro(s)

Caso haja selos, detalhe os tipos de selos para cada tipo de produto comercializado.

2.4.2 Caso não, explique as motivações e/ou dificuldades para a obtenção dos selos.

³ Selo de Inspeção Municipal (SIM), Selo de Inspeção Estadual (SIE), Selo de Inspeção Federal (SIF), Selo do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos de Origem Animal (SISBI).

⁴ Selo do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica (SisOrg).

⁵ Selo da Associação de Certificação Instituto Biodinâmico (IBD).

⁶ Selo da Sociedade Vegetariana Brasileira (SVG).

⁷ Selo Nacional da Agricultura Familiar (SENAF)

2.5 Possui agroindústria, ateliê ou alguma infraestrutura predial destinada ao beneficiamento e armazenamento dos produtos?

☐ Não

☐ Sim

2.5.1 Se sim, especificar se

☐ externa ou

☐ interna à residência de moradia (no caso de empreendimento individual ou familiar)

e se as instalações físicas estão localizadas em áreas adequadas para o bom funcionamento do empreendimento. Descrever abaixo as características da agroindústria/infraestrutura e registrar imagens, caso autorizado pelo(a) interlocutor(a).

2.5.2 Em caso de empreendimento coletivo (associação, cooperativa, grupo não formalizado), descrever localização, características e materiais da agroindústria (caso possua) e/ou da(s) infraestrutura(s) predial disponível(is) (ex.: galpão, armazém, casa de farinha, ateliê, espaço para panificação, cozinha etc.) e registrar imagens, caso autorizado pelo(a) interlocutor(a).

2.6 Dos produtos que extrai/cultiva/produz, maneja e comercializa, quais são vendidos in natura e/ou quais são processados/beneficiados? Listar produtos.

In natura

Beneficiados

2.7 Todos os produtos comercializados (incluindo as matérias-primas para a fabricação, se for o caso) são originários da própria produção/terreno da família (ou no caso de coletivos, de pessoas do grupo, da associação e/ou cooperativa)?

☐ Sim

2.7.1 Caso sim, como ocorre o manejo desses produtos, desde a extração até o beneficiamento (se houver)?

☐ Não

2.7.2 Caso não, quais produtos “vêm de fora”?

2.7.3 Caso não, de onde vêm esses produtos?

2.7.4 Caso não, quem são os fornecedores destes produtos?

2.8 Como (condições) e onde os produtos são embalados e armazenados antes da comercialização? Detalhar processo para cada produto.

3 ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DO EMPREENDIMENTO

3.1 Como está organizado o empreendimento e como é feita a sua gestão? Quem faz? Em/para que áreas?

3.2 O empreendimento possui Plano de Negócios e/ou Planejamento Estratégico?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

3.3 O empreendimento possui capital de giro?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

3.4 O empreendimento possui balanço patrimonial?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

3.5 O empreendimento possui controle formalizado⁸ de contas a receber e a pagar?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

3.6 Faz o controle formalizado da produção e do estoque dos produtos?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

3.7 Em caso de empreendimento coletivo, os/as colaboradores/as, associados/as e/ou cooperados/as são estimulados/as a buscarem novos conhecimentos a partir de formações que possam contribuir com o empreendimento?

☐ Não

☐ Sim

3.7.1 Em caso de sim, quais formações já foram realizadas por estes/as?

3.7.2 Em caso de sim, há algum planejamento formalizado e/ou periodicidade e/ou parceria para a realização dessas formações? Detalhar resposta.

⁸ Sempre que as palavras “formalizado/a”, “formalizados/as” aparecerem, lembrar que estas têm relação com controles por meio de registros e documentos físicos e/ou digitais (ex.: fichas, cadernos, planilhas etc.).

3.8 O empreendimento possui marca (identidade visual própria/logotipo)?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

3.9 O empreendimento realiza a rotulagem e possui tabela nutricional dos produtos alimentícios?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar.

3.10 O empreendimento faz o controle de qualidade dos produtos e/ou serviços comercializados?

☐ Não

☐ Sim

3.10.1 Se sim, detalhar por meio de qual(uais) instrumento(s).

3.11 Onde são comercializados os produtos e/ou serviços ofertados pelo empreendimento?

☐ na comunidade

☐ fora dela. Onde?

☐ no município

☐ fora dele. Onde?

3.11.1 Como são feitas as vendas dos produtos e/ou serviços?

☐ venda direta ao consumidor

☐ por meio de redes sociais (WhatsApp Business, Facebook, Instagram etc.)

☐ feiras

☐ Outro

3.12 O empreendimento desenvolve alguma prática de conservação ambiental/sustentabilidade?

☐ Não

☐ Sim

3.12.1 Se sim, qual(ais) prática(s)? Detalhar resposta.

3.12.2 Como é feita a destinação de resíduos do empreendimento (sobras, restos de produtos orgânicos beneficiados, resíduos sólidos e recicláveis etc.)?

3.13 O empreendimento utiliza controles/fluxos de caixa formalizados para identificar entradas e saídas financeiras mensais e orientar o controle financeiro relacionado à comercialização dos produtos?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

3.14 O empreendimento possui metas financeiras (mensais, trimestrais, semestrais, anuais etc.)?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

3.15 O empreendimento faz análise dos processos e da cadeia produtiva para estabelecer a precificação de seus produtos (ex.: contabilização dos gastos com insumos, horas de trabalho, impostos, logística etc.) para calcular o preço dos produtos que serão comercializados?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

3.16 O empreendimento possui plano de marketing (objetivos, estratégias, posicionamento, concorrência, público e persona)?

☐ Não

☐ Sim

3.16.1 Se sim, este plano tem contribuído para as estratégias de mercado e para o aumento das vendas?

3.17 O empreendimento possui Instagram, Facebook, WhatsApp Business e/ou outras redes sociais ou site?

☐ Não

☐ Sim

3.17.1 Se sim, qual(ais)?

Registrar os endereços, @ e números de contato.

3.17.2 Faz propagandas de marketing nas redes sociais e/ou site para atrair clientes? Detalhar resposta.

4 ACESSO A POLÍTICAS PÚBLICAS, EDITAIS E PROJETOS DE FOMENTO, CONQUISTAS, LIMITAÇÕES E DEMANDAS DO EMPREENDIMENTO

4.1 O empreendimento já acessou algum financiamento/crédito?

☐ Não

☐ Sim

4.1.1 Se sim, quais? Qual o valor? Para que finalidade? Quando acessou? Conseguiu pagar? Detalhar respostas.

4.1.2 Se sim, como foi o processo para obtenção do financiamento/crédito? Houve dificuldades?

4.2 O empreendimento já acessou editais ou projetos de instituições de fomento (ex.: Chamadas Públicas de ATER, Editais BNDES, FINEP, Fundo Dema, Banco do Brasil, Banco da Amazônia, FASE etc.) para a ampliação e/ou melhoramento do empreendimento?

☐ Não

☐ Sim

4.2.1 Se sim, quais? Detalhar resposta.

4.2.2 Se sim, enfrentou alguma dificuldade para acessar? Se sim, quais? Conseguiu sanar?

4.3 O empreendimento já enfrentou ou enfrenta alguma instabilidade financeira?

☐ Não

☐ Sim

4.3.1 Se sim, quais? Em que essa instabilidade reflete? Como sanaram ou pretendem sanar a situação? Detalhar resposta.

4.4 O empreendimento teve/tem alguma dificuldade para aquisição de equipamento(s) e maquinário(s) específico(s) para a produção/beneficiamento dos produtos?

☐ Não

☐ Sim

4.4.1 Se sim, quais foram? Detalhar resposta.

4.5 Atualmente, há demandas pela aquisição de novos instrumentos, equipamentos e maquinários?

☐ Não

☐ Sim

4.5.1 Se sim, quais?

4.6 Todos os maquinários do empreendimento foram comprados de fábrica ou há

algum fabricado/adaptado pelos próprios produtores, associados ou cooperados?

☐ Não

☐ Sim

4.6.1 Se sim, quais?

4.7 O empreendimento possui transporte próprio para o escoamento da produção?

☐ Não

☐ Sim

4.7.1 Se sim, qual(ais)?

4.8 O empreendimento possui alguma limitação em termos de logística para o transporte dos produtos e/ou para oferta de serviços?

☐ Não

☐ Sim

4.8.1 Se sim, listar limitações.

4.9 A demanda pelos produtos e/ou serviços do empreendimento é suficiente para cobrir os gastos do empreendimento (reposição de matéria-prima, pagamento de

salários, manutenção de equipamentos) e obter uma boa renda?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

4.10 A produção e o estoque de produtos do empreendimento são suficientes para atender às demandas de clientes, chamadas públicas (merenda escolar) e outros?

☐ Não

☐ Sim

Detalhar resposta.

4.11 O empreendimento já recebeu ou recebe alguma assistência técnica?

☐ Não

☐ Sim

4.11.1 Se sim, de qual órgão? Para que finalidade? Como a avalia?

4.12 Atualmente, quais as principais demandas de ATER e informações, formações, cursos, políticas públicas, fomento etc. para o fortalecimento do empreendimento.

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nome do participante: _____
 Endereço: _____ Cidade: _____
 Estado: _____ CEP: _____ Telefone: () _____ RG: _____
 CPF: _____ Data de nascimento: ____/____/____ Idade: ____
 E-mail: _____ Data da entrevista: ____/____/____
 Instituição que trabalha ou representa: _____
 Pesquisador responsável: Elionai Ferreira Vilhena.

Prezado (a) participante, o (a) senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa de iniciação científica intitulada “Diagnóstico da Bioeconomia da Sociobiodiversidade no município de Abaetetuba – Pará”, de responsabilidade do pesquisador Elionai Ferreira Vilhena, discente do curso de Tecnologia em Agroecologia da Universidade Federal do Pará, sob a orientação da Profa. Dra. Roberta Rowsy Amorim de Castro.

O objetivo geral da pesquisa é realizar a identificação e o diagnóstico de (bio)empreendimentos individuais e coletivos que produzem/coletam/extraem, manejam e beneficiam produtos da bioeconomia da sociobiodiversidade no município de Abaetetuba, Pará. Os objetivos específicos são: a) identificar e caracterizar os (bio)empreendimentos individuais e coletivos da bioeconomia da sociobiodiversidade regional, as atividades neles desenvolvidas e o perfil de seus/suas (bio)empreendedores/as; b) identificar os produtos trabalhados nos (bio)empreendimentos, a forma (*in natura*, beneficiado) como são comercializados e escoados e a destinação comercial desses produtos; c) identificar os *status* da formalização dos empreendimentos; e d) analisar pontos críticos (dificuldades) e fortes dos empreendimentos.

A justificativa para a pesquisa é cobrir parte da lacuna em termos de dados sobre a bioeconomia da sociobiodiversidade, a partir da realização de diagnóstico com foco na identificação de (bio)empreendimentos individuais e coletivos que produzem/coletam/extraem, manejam, beneficiam e comercializam produtos da sociobiodiversidade no município de Abaetetuba, Pará. Espera-se que os dados que serão alcançados possam contribuir para gerar debates, projetos e políticas voltadas a potencialização e ao fortalecimento da bioeconomia da sociobiodiversidade regional.

Os procedimentos metodológicos os quais o (a) senhor (a) está convidado (a) a participar consistirão em: reuniões individualizadas junto ao pesquisador responsável pela pesquisa ou reuniões coletivas junto ao pesquisador e outros participantes para responder a formulários relacionadas à pesquisa a partir de entrevistas, que poderão ser gravadas (via áudio, vídeo e/ou imagem fotográfica), caso o (a) senhor (a) autorize.

Quanto aos riscos e desconfortos estes não são previsíveis. Mas, o desconforto e/ou aborrecimento poderão ocorrer em função do tempo das reuniões e entrevistas e do possível constrangimento para expressar [e ter gravado (a)] o seu posicionamento em relação aos aspectos levantados durante as entrevistas.

A participação é voluntária e não trará qualquer benefício direto, mas oportunizará um melhor conhecimento acerca dos aspectos relacionados aos (bio)empreendimentos individuais e coletivos que produzem/coletam/extraem, manejam e beneficiam produtos da bioeconomia da sociodiversidade no município de Abaetetuba - Pará, e poderá também servir de base para futuros estudos sobre a temática.

É resguardado o seu direito de se retirar deste estudo a qualquer momento. Mesmo após sua autorização o (a) senhor (a) terá o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, independente do motivo e sem sofrer qualquer prejuízo a sua pessoa. Terá também o direito de acesso, em qualquer etapa do estudo, a qualquer esclarecimento de eventuais dúvidas. Para tanto, bastará entrar em contato com o pesquisador responsável.

A participação no estudo não lhe trará qualquer ônus financeiro (despesas), bem como a legislação brasileira não permite que você tenha qualquer compensação financeira pela sua participação em pesquisas. Assim, não lhe é garantido nenhum tipo de remuneração ou compensação material em função do seu consentimento espontâneo em participar do presente estudo. Contudo, caso haja eventuais gastos com transporte e/ou alimentação que sejam comprovadamente decorrentes da sua participação na pesquisa, estes poderão ser ressarcidos pelo pesquisador mediante solicitação e apresentação dos comprovantes ao mesmo. Caso o (a) senhor (a) venha a sofrer algum eventual dano ou prejuízo material ou imaterial em decorrência da pesquisa poderá solicitar indenização, de acordo com a legislação vigente.

O (a) senhor (a) receberá uma via deste documento, que será assinada e rubricada em todas as páginas pelo pesquisador e pelo (a) senhor (a). Guarde cuidadosamente a sua via, pois é um documento que traz importantes informações de contato e garante os seus direitos como participante da pesquisa.

A condução da pesquisa se baseia na Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016 que trata dos preceitos éticos e da proteção aos participantes da pesquisa (em Ciências Humanas e Sociais), e a pesquisador se compromete a cumprir o que preconiza a mesma.

Em caso de dúvidas, o (a) senhor (a) pode entrar em contato com o (a) pesquisador (a) responsável pelo telefone (XX)XXXXXXXXXX ou no endereço: 8ª Rua à esquerda, nº 2678, Altos, Bairro São Domingos da Angélica, Abaetetuba, Pará. CEP: 68440-000.

Consentimento Pós-Esclarecimento

Eu _____ declaro que li este documento (ou tive este documento lido para mim por uma pessoa de minha confiança) e fui devidamente esclarecido (a) pelo pesquisador sobre os termos apresentados e aceito, por minha livre e espontânea vontade, participar desta pesquisa assinando o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Local e data: _____, ____/____/2025.

Assinatura do(a) participante

Assinatura do pesquisador

APÊNDICE C - TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E AUDIO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ABAETETUBA
FACULDADE DE FORMAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CAMPO
Rua Manoel de Abreu, s/n, Bairro: Mutirão, CEP: 68.440-000 FONE/FAX: (91)3751-1131/3751-1107
Abaetetuba – Pará**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E ÁUDIO

Eu, _____, brasileiro(a), estado civil _____, telefone _____, residente no endereço _____, cidade de _____-Pará, AUTORIZO a gravação, o registro, o uso de minha imagem e áudio durante a atividade de pesquisa de iniciação científica intitulada “Diagnóstico da Bioeconomia da Sociobiodiversidade no município de Abaetetuba – Pará”. A pesquisa tem como objetivo realizar a identificação e o diagnóstico de (bio)empreendimentos individuais e coletivos que produzem/coletam/extraem, manejam e beneficiam produtos da bioeconomia da sociodiversidade no município de Abaetetuba, Pará. A presente autorização abrange o uso da minha imagem na gravação, áudio e/ou registro acima mencionados concedida a(o) pesquisador (a) do referido projeto, abaixo discriminado (a):

NOME COMPLETO	CPF	RG	TELEFONE	ENDEREÇO

As imagens capturadas e os áudios, caso autorize, poderão ser utilizados em relatórios de pesquisa e trabalhos acadêmicos de abrangência nacional e internacional, bem como apresentadas em eventos científicos.

Por esta ser a expressão da minha vontade, DECLARO QUE AUTORIZO os usos acima descritos, sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à imagem ora

autorizada ou a qualquer outro, assinando o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Abaetetuba-PA, ____ de _____ de 2025.

Assinatura